

Petróleo, Royalties & Região

UcamCidade

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão
da Cidade - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIII, nº 50 – DEZEMBRO/2015

APOIO



INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310



O CICLO DO PETRÓLEO

EDITORIAL

PETRÓLEO: UM CICLO DE PAIXÕES E CRISES

OS VÁRIOS CICLOS DO
PETRÓLEO E AS CRISES
NATURAIS SUSCITADAS
PELAS PAIXÕES ECONÔMICA,
ESTRATÉGICA E BÉLICA
QUE ELE ENSEJA NAS
REGIÕES PRODUTORAS E
CONSUMIDORAS DESSA
ENERGIA NÃO RENOVÁVEL.

p. 2-4

O NOVO CONTEXTO DO MERCADO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO E SEUS IMPACTOS PARA O BRASIL

A RECENTE QUEDA DOS
PREÇOS INTERNACIONAIS
DO PETRÓLEO PROVOCA
IMPACTOS NEGATIVOS
NOS PAÍSES PRODUTORES
E EXPORTADORES.
NA CONTRAMÃO, AS
EXPORTAÇÕES DO
PETRÓLEO ESPERADAS
DO BRASIL SE MOSTRAM
UM FATOR PROPULSOR
DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL.

p. 5-8

AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E A NOVA FASE DO MODELO CHINÊS

COMO A DEPENDÊNCIA
DAS EXPORTAÇÕES
DE COMMODITIES
BRASILEIRAS PARA A
CHINA RESTRINGE
O CRESCIMENTO
ECONÔMICO DO BRASIL
NUM MOMENTO DE
QUEDA DE PREÇOS DESSOS
PRODUTOS POR VIAS
INDIRETAS.

p. 9-12

PETRÓLEO, ENERGIAS RENOVÁVEIS E DISPUTA FEDERATIVA NO BRASIL

DE QUE MANEIRA AS
ENERGIAS RENOVÁVEIS E
FÓSSEIS SE RELACIONAM
COM O SENTIDO
DE URGÊNCIA NO
ATENDIMENTO DOS
DIREITOS SOCIAIS NO
BRASIL?

p. 13-19

PETRÓLEO: UM CICLO DE PAIXÕES E CRISES

Ao longo da história do petróleo firmaram-se acordos e tomaram-se decisões momentosas – envolvendo homens, companhias e nações –, algumas vezes muito planejadas e algumas vezes por acaso. Nenhum outro negócio define de forma tão completa e radical o significado do risco e da recompensa – e o profundo impacto da oportunidade e do destino. (YERGIN, 2010)

Para a abertura deste número 50 do Boletim Petróleo, Royalties e Região (BPRR), julgamos, especialmente valiosa em momento de crise, utilizar a classificação de Marques (2004, p. 17) para o termo petróleo como aquela “substância negra e viscosa [...] geradora de paixões, de interesses e inenarráveis disputas”.

Desde seu primeiro número, em setembro de 2003, o BPRR publicou 185 contribuições entre artigos, entrevistas, análises, pesquisas e outros produtos técnico-científicos, que discutiram essa paixão segundo prismas políticos, econômicos, legais e sociais em escala local, regional, nacional e internacional.

Constituiu-se, ao longo deste primeiro ciclo cinquentenário, o BPRR como um importante repositório nacional sobre os impactos da atividade petrolífera, a aplicação dos royalties e o marco regulatório do setor. A concepção original dada pelo Prof. Dr. Rodrigo Valente Serra de contribuir para a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties tornou-se a missão do BPRR, mantida e assegurada pelo permanente apoio do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Rosélia Piquet.

Para fazer jus ao título deste Editorial, além deste brevíssimo histórico do próprio BPRR, importante uma primeira consideração quanto ao ciclo do petróleo. Trataremos mesmo no singular, uma vez que a escala de tempo própria deste recurso natural não permite que a humanidade vivencie ciclos destas jazidas. Esgotados os estoques disponíveis, termina a era do petróleo. Os processos físico-químicos e geológicos necessários para a formação das reservas petrolíferas é incompatível com o ritmo de seu consumo (SHAH, 2004).

A inexorabilidade do fim do petróleo deveria conduzir a uma gestão racional deste recurso. Os acordos, contudo, conforme a história demonstra e a epígrafe deste sintetiza, parecem impedir outra racionalidade que não a econômica. A oportunidade de poder e riqueza sobrepuja o destino de nações e seus povos. Porto-Gonçalves (2004), em reconhecimento do ser humano enquanto extrator e não produtor de recursos naturais, defende que “dizer que somos *produtores* significa que depende de nossa capacidade criativa a existência do que é produzido. Dizer que somos *extratores* sinaliza que extraímos algo que não fazemos, o que significa manter prudência no seu uso” (p. 61).

Em matéria de energia, a história nos indica que a prudência foi conduzida por uma análise de custo-benefício. Sachs (2007) e Nascimento e Vianna (2009) concordam que as transições de fontes energéticas não se sucederam pela escassez física dos recursos energéticos, como da lenha para o carvão ou deste para o petróleo, mas pela conveniência de um pro-

cesso mais barato e eficiente.

E há crise? As reservas de petróleo não estão distribuídas uniformemente pelo planeta e a busca por novas fontes, motivada pela depleção das reservas exploradas, conduz ao nomadismo característico do setor petrolífero. A acumulação geográfica das reservas em poucos países acarretou a concentração das diferentes etapas da indústria petrolífera, exploração, distribuição e refino do petróleo mundial, em algumas empresas anglo-americanas (ALVES FILHO, 2003). Esses empreendimentos recriam o “tradicional *enclave* colonial” com repercussão sobre dois aspectos: a) econômico, visto se caracterizarem pela “extração do excedente regional e sua transferência ao centro hegemônico nacional ou internacional”; e b) social, uma vez que constituem uma “estrutura social em torno da atividade dinâmica que não se integra à estrutura social regional pré-existente” (PIQUET, 2007, p. 22).

Ilustramos essa afirmação com uma história tipicamente petrolífera. Em meados de 1880, a indústria americana de petróleo deixou a Pensilvânia, com o esgotamento de seus reservatórios, e se voltou para novas fontes do recurso, situadas em Ohio e Indiana (SHAH, 2004). Com o esgotamento maciço de suas reservas, sobretudo em decorrência das demandas da indústria no período da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se lançaram ao mercado mundial para suprir suas necessidades energéticas. Assim, a partir de 1944, deslocaram-se em direção ao Oriente Médio após negociações com a Inglaterra (SHAH, 2004). Isso porque os países do

Oriente Médio, em especial Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e os Emirados Árabes, concentram as principais reservas de petróleo do mundo e podem ser os responsáveis por preencher, nos próximos anos, uma eventual lacuna entre a diminuição do suprimento e a crescente demanda por petróleo (CAMPBELL; LAHERRÈRE, 2007). Essa região representa, neste contexto, a alternativa de suprimento, em se mantendo o modelo desenvolvimentista calcado sobre os combustíveis fósseis, para EUA e Europa – hoje as regiões mais dependentes de importação de petróleo no mundo (BRASIL, 2007).

Deffeyes (2001) defende a flutuação de preços do petróleo como sinal de uma crise maior - a energética. Isso porque, a oscilação na cotação do barril marcaria o início da queda na produção mundial de petróleo. Assim sendo, o autor acentua que o petróleo deve ser encarado como um novo passo rumo a um futuro baseado em energias renováveis: a nova transição energética.

A dependência mundial dos preços do petróleo, entretanto, não é novidade. Nos chamados choques do petróleo, em 1973 e 1979, ocorreu o inverso, isto é, o aumento abrupto do preço do barril, movido pela instabilidade política no Oriente Médio¹, especificamente Afeganistão e Iraque (CAMPBELL; LAHERRÈRE, 2007). Nas duas oportunidades, a elevação repentina dos preços do petróleo se deveu à volatilidade do mercado internacional, inflamada, em 1973, pelo embargo árabe e pelo início da Revolução Iraniana, em 1979 (OPEC, 2015).

A Organização dos Países

Exportadores de Petróleo (OPEP), constituída em 1960, teve, à época, influência preponderante na cotação dos barris, a qual permanece exercendo atualmente. Sua formação se deu como forma de contestar o domínio do mercado internacional de petróleo pelas sete maiores empresas mundiais, conhecidas como “Sete Irmãs”². Emerge, portanto, em um contexto de descolonização, com o objetivo de afirmar a soberania dos países sobre seus recursos naturais (OPEC, 2015).

Principal centro nevrálgico das oscilações nos preços do barril de petróleo pelos constantes conflitos deflagrados na região, o Oriente Médio, onde se localizam cerca de 61% das reservas mundiais de petróleo (ANEEL, 2008), reúne quatro dos cinco países fundadores da OPEP (Irã, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita)³. Assim, a OPEP opera como reguladora mundial do preço do barril de petróleo. A cada escalada mundial das cotações, a OPEP libera mais petróleo para controlar os preços do mercado⁴ (MILLS, 2008).

Por sua vez, a vantagem relacionada à segurança interna emergiu com o início da utilização bélica do petróleo, reconhecida primeiramente pelo estadista britânico Winston Churchill, em 1912, quando substituiu o carvão como combustível da frota de navios e de veículos terrestres ingleses, acarretando vantagens de velocidade e autonomia sobre a esquadra alemã, ainda dependente do carvão (FUSER, 2008).

Essa inovação trouxe consequências posteriores, pois alçou o petróleo à condição definitiva de “recurso estratégico decisivo”, sendo, por isso, definido como “objetivo prioritário das tropas alemãs que invadiram a União Soviética” durante a Segunda Guerra Mundial (FUSER, 2008, p. 41). Yergin (2010, p. 443) acrescenta que o “petróleo foi reconhecido como o produto estratégico decisivo para a guerra”.

O marco principal da história

do petróleo efetivou-se, assim, com seu uso bélico. Não apenas enquanto avanço fundamental no combustível das forças aliadas durante a Primeira Guerra Mundial, fato que levou “ao reconhecimento da importância do petróleo como elemento indiscutível de poder nacional” (ARTETA, 2005, p. 716) mas também como motivação de invasões a territórios estrangeiros, notoriamente as intervenções norte-americanas no Oriente Médio (ARTETA, 2005; FUSER, 2008; SHAH, 2004; YERGIN, 2010).

Nesse sentido, Homer-Dixon (1994, p. 11) destaca que, ao menos parcialmente, a Guerra do Golfo, em 1991, foi motivada pelo apetite por petróleo (“*desire for oil*”). Pretexto idêntico resultou na invasão do Iraque, em 2003, que, por meio do domínio dos depósitos de petróleo e gás pelo exército americano, acabou por assegurar um período lucrativo para as empresas dos EUA (FOSTER, 2003, p. 8).

Obviamente, a existência de conflitos não se resume ao valor econômico do petróleo. Três fatores devem ser considerados: dependência americana ao petróleo importado; mudança no eixo de produção de petróleo dos países desenvolvidos para os considerados em desenvolvimento; e militarização da política energética externa dos EUA⁵.

Guerras civis, movidas pelo controle do petróleo, marcam também a história de países africanos, como Nigéria, Angola, Argélia e Sudão. Oliveira (2007) conclui que o petróleo é a principal causa de instabilidade nos países produtores da África subsaariana, por haver uma conjunção de elementos locais – como disputas regionais – e exógenos, como as indústrias petrolíferas e as potências mundiais.

As tensões e conflitos que orbitam as reservas mundiais de petróleo, somadas à sua natureza finita, tornam as crises e as oscilações do preço do barril uma característica intrínseca ao petróleo e não uma anomalia como o discurso ofi-

cial pretende escamotear.

Após a tentativa de resumir o ciclo do petróleo e as *crises naturais* suscitadas pelas paixões econômica, estratégica e bélica que ele enseja, apresentamos nosso número 50, que vem contribuir com o debate nacional, abrindo com o artigo “O Novo Contexto do Mercado Internacional do Petróleo e seus Impactos para o Brasil”, no qual o Prof. Dr. Helder Queiroz Pinto Junior discute as recentes oscilações dos preços do petróleo e seus impactos sobre a economia e a indústria nacional do petróleo. A Prof.^a Dr.^a Lia Baker Valls Pereira realiza, no artigo “As exportações brasileiras e a nova fase do modelo chinês”, uma análise das consequências do novo modelo chinês para a economia brasileira e as perspectivas, neste cenário, para o Brasil, discutindo, em particular, seus impactos sobre o estado do Rio de Janeiro. Em seguida, são realizadas algumas reflexões sobre o impacto do novo modelo e algumas considerações sobre esse impacto o Estado do Rio de Janeiro. Por fim, como alternativa à matriz fóssil, finita e poluente, o artigo “Petróleo, Energias Renováveis e Disputa Federativa no Brasil”, da Prof.^a Dr.^a Angela Moulin S. Penalva Santos, apresenta uma análise sobre a política energética brasileira e o enfraquecimento, sob o prisma federativo, do compromisso com as energias renováveis.

Rodrigo Machado Vilani
Editor-chefe

Referências:

- ALVES FILHO, J. MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: DA CRISE À GRANDE ESPERANÇA. RIO DE JANEIRO: MAUAD, 2003.
- ARTETA, H. G. DERECHO AMBIENTAL Y CONTRATACIÓN PETROLERA: ARMONIZACIÓN Y DIFICULTADES. IN: RIBEIRO, M. R. S. (COORD.). ESTUDOS E PARECERES: DIREITO DO PETRÓLEO E GÁS. RIO DE JANEIRO: RENOVAR, 2005. P. 713-737.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. PLANO NACIONAL DE ENERGIA 2030. BRASÍLIA: MME: EPE, 2007.
- CAMPBELL, C. J.; LAHERRÈRE, J. H.

THE END OF CHEAP OIL. IN: SCIENTIFIC AMERICAN (EDIT.). OIL AND THE FUTURE OF ENERGY: CLIMATE REPAIR, HYDROGEN, NUCLEAR FUEL, RENEWABLE AND GREEN SOURCES, ENERGY EFFICIENCY. GUILFORD: THE LYONS PRESS, 2007. P. 1-7.

DEFEYES, K. S. HUBBERT'S PEAK: THE IMPENDING WORLD OIL SHORTAGE. NEW JERSEY: PRINCETON UNIVERSITY, 2001.

FOSTER, J. B. IMPERIAL AMERICA AND WAR. MONTHLY REVIEW, V. 55, N. 1, 2003.

FUSER, I. PETRÓLEO E PODER: O ENVOLVIMENTO MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS NO GOLFO PÉRSICO. SÃO PAULO: UNESP, 2008.

HOMER-DIXON, T. F. ENVIRONMENTAL SCARCITIES AND VIOLENT CONFLICT: EVIDENCE FROM CASES. PEACE AND CONFLICT STUDIES PROGRAM, V. 19, N. 1, P. 5-40, 1994.

KLARE, M. T. TRANSFORMING THE AMERICAN MILITARY INTO A GLOBAL OIL-PROTECTION SERVICE. COMMON DREAMS, P. 1-2, OUT. 2004. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.COMMONDREAMS.ORG/VIEWS04/1008-23.HTM>.

MARQUES, P. DA NATUREZA JURÍDICA DO PRODUCTION SHARING AGREEMENT (PSA) A LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS. IN: MELO, P. ET AL. ESTUDOS SOBRE ENERGIA: PETRÓLEO E GÁS NATURAL. COIMBRA: ALMEDINA, 2004. P. 11-68.

MARRUAZ, K. S. O CONFLITO ENTRE ISRAELENSES E PALESTINOS NO ORIENTE MÉDIO E AS CONSEQUÊNCIAS NO MUNDO DO PETRÓLEO. BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO PETRÓLEO, UNICAMP, 11 ABR. 2002. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.DEP.FEM.UNICAMP.BR/BOLETIM/BE24/ARTIGO_OM.HTM>.

MILLS, R. M. THE MYTH OF THE OIL CRISIS: OVERCOMING THE CHALLENGES OF DEPLETION, GEOPOLITICS, AND GLOBAL WARMING. WESTPORT: PRAEGER, 2008.

NASCIMENTO, E. P., VIANNA, J. N. DILEMAS E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2009.

NAZEMROAYA, M. D. PLANS FOR REDRAWING THE MIDDLE EAST: THE PROJECT FOR A “NEW MIDDLE EAST”. DISPONÍVEL EM: <HTTP://BIT.LY/1BAMVW8>.

OLIVEIRA, L. K. PETRÓLEO E SEGURANÇA INTERNACIONAL: ASPECTOS GLOBAIS E REGIONAIS DAS DISPUTAS POR PETRÓLEO NA ÁFRICA SUBSAARIANA. 2007. 185F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS), UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. BRIEF HISTORY. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.OPEC.ORG/OPEC_WEB/EN/ABOUT_US/24.HTM>.

PIQUET, R. INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E DINÂMICA REGIONAL: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS. IN: PIQUET, R.; SERRA, R. (ORGS.). PETRÓLEO E REGIÃO NO BRASIL: O

DESAFIO DA ABUNDÂNCIA. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2007. P. 15-34.
 PORTO-GONÇALVES, C. W. O DESAFIO AMBIENTAL. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2004. (OS PORQUÊS DA DESORDEM MUNDIAL. MESTRES EXPLICAM A GLOBALIZAÇÃO).
 SACHS, I. A REVOLUÇÃO ENERGÉTICA DO SÉCULO XXI. ESTUD. AV., v. 21, n. 59, p. 21-38, 2007.
 SHAH, S. CRUDE: THE STORY OF OIL. NEW YORK: SEVEN STORIES, 2004.
 VISENTINI, P. F. O GRANDE ORIENTE MÉDIO: DA DESCOLONIZAÇÃO À PRIMAVERA ÁRABE. RIO DE JANEIRO: EDITORA CAMPUS ELSEVIER,

2014.
 YERGIN, D. O PETRÓLEO: UMA HISTÓRIA MUNDIAL DE CONQUISTAS, PODER E DINHEIRO. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2010.

Notas:

1 ADOTAMOS A COMPOSIÇÃO DE PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO DENTRO DO QUE VEM SENDO CHAMADO DE NOVO ORIENTE MÉDIO. A EXPRESSÃO NOVO ORIENTE MÉDIO SURTIU EM 2006 DURANTE DISCURSO DA ENTÃO SECRETÁRIA DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS, A SRA. CONDOLEEZZA RICE, EM SUBSTITUIÇÃO À IDEIA DE GRANDE ORIENTE MÉDIO. AS DUAS OPÇÕES TERMINOLÓGICAS EVIDENCIAM AS CRÍTICAS AO

MAPA ESTRATÉGICO DEFINIDO PARA A REGIÃO (NAZEMROAYA, 2006). NO BRASIL, PAULO VISENTINI (2014), NO LIVRO O GRANDE ORIENTE MÉDIO: DA DESCOLONIZAÇÃO À PRIMAVERA.
 2 FINDA A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, PAÍSES COMO EUA E INGLATERRA, PRINCIPALMENTE, INTERESSADOS NO PETRÓLEO DO ORIENTE MÉDIO, DESDE ENTÃO MAIOR PRODUTOR MUNDIAL DESSE RECURSO, CONCENTRARAM CERCA DE 90% DA PRODUÇÃO MUNDIAL EM UM CARTEL DE SETE EMPRESAS CONHECIDAS COMO AS "SETE IRMÃS". À ÉPOCA ERAM: STANDARD OIL OF NEW JERSEY; STANDARD OIL OF CALIFORNIA; GULFOIL; MOBIL; TEXACO; BRITISH PETROLEUM (BP) E ROYAL DUTCH-SHELL. ATUALMENTE, RESTARAM EXXONMOBIL, CHEVRONTEXACO, SHELL E BP (MARRUAZ, 2002).
 3 O QUINTO PAÍS A INTEGRAR OS FUNDADORES DA

OPEP É A VENEZUELA. OUTROS NOVE FORAM INTEGRADOS À OPEP, ENTRE ELAS O EQUADOR, EM 1973 (OPEC, 2015).
 4 NO TEXTO NA LÍNGUA INGLESA: "WHEN THE PRICE RUN UP GOT OUT OF CONTROL, OPEC BEGAN TO RELEASE OIL ON TO THE MARKET TO COOL IT OFF."
 5 NO ORIGINAL: "THE USE OF AMERICAN MILITARY PERSONNEL TO HELP PROTECT VULNERABLE OIL INSTALLATIONS IN CONFLICT-PRONE, CHRONICALLY UNSTABLE COUNTRIES IS CERTAIN TO EXPAND GIVEN THREE CRITICAL FACTORS: AMERICA'S EVER-INCREASING DEPENDENCE ON IMPORTED PETROLEUM, A GLOBAL SHIFT IN OIL PRODUCTION FROM THE DEVELOPED TO THE DEVELOPING WORLD, AND THE GROWING MILITARIZATION OF OUR FOREIGN ENERGY POLICY" (KLARE, 2004, P. 2).

Histórico dos Boletins



O novo contexto do mercado internacional do petróleo e seus impactos para o Brasil

The new context of the international oil market and its impacts on Brazil

Resumo:

Os primeiros quinze anos do novo milênio foram marcados por fortes oscilações dos preços do petróleo, como a redução dos preços do patamar de US\$ 100 para abaixo de US\$ 50 por barril. Diante deste contexto, o presente artigo tem por objetivos identificar os traços marcantes das transformações recentes no mercado internacional do petróleo e discutir os impactos deste novo contexto sobre a economia nacional e sobre a indústria brasileira do petróleo.

Palavras-chave: Petróleo. Mercado internacional. Economia nacional. Indústria brasileira.

Abstract:

The first fifteen years of the new millennium were characterized by strong instabilities of the oil prices as the decrease in prices from US\$ 100 to below US\$ 50 per barrel. According to this context, this article aims to identify the relevant features of the recent changes in the oil international market and discusses the impacts of this new context on the national economy and on the oil Brazilian industry.

Keywords: Oil. International market. National economy. Brazilian industry.

HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR. DOUTOR EM ECONOMIA APLICADA PELA UNIVERSITÉ DE GRENOBLE. PROFESSOR ASSOCIADO DO INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IE/UFRJ).
HELDER@IE.UFRJ.BR

Introdução

Os primeiros quinze anos do novo milênio foram marcados por fortes oscilações dos preços do petróleo. Tais flutuações se constituem, como sempre, na resultante da ação de fundamentos técnicos, geológicos, geopolíticos e econômicos. Do ponto de vista da exploração, desenvolvimento e produção de novas jazidas, é importante observar que as abordagens mais pessimistas sobre o pico da produção de petróleo continuam sendo contrariadas. Isto se deve ao desenvolvimento tecnológico destas atividades que permitem, por um lado, a recuperação de volumes maiores de hidrocarbonetos e, por outro, o acesso a áreas sedimentares consideradas antieconômicas até alguns anos atrás.

Entretanto, a recente queda dos preços internacionais alterou profundamente o cenário

no mercado internacional do petróleo. Para os países importadores, os novos preços representam um alívio nas respectivas balanças comerciais. Para as empresas e países produtores, porém, a redução dos preços do patamar de US\$ 100 para abaixo de US\$ 50 por barril provoca a necessidade da revisão de planos de negócios e das políticas públicas baseadas na utilização dos recursos advindos da atividade petrolífera.

O Brasil se inscreve neste segundo grupo, pois já é, do ponto de vista estrutural, um país exportador líquido de petróleo, ainda que dependente das importações de derivados.

Este texto está dividido em duas seções além desta introdução. A seção seguinte apresenta os traços marcantes das transformações recentes no mercado internacional do petróleo. A outra seção discute os impactos deste novo contexto sobre a economia nacional e sobre a indústria brasileira do petróleo.

Novas condições de contorno do mercado internacional do petróleo

A produção mundial de petróleo, depois de permanecer no patamar de 82-83 milhões de barris/dia, entre 2005 e 2010, passou a registrar um crescimento de 1,57% ao ano entre 2010 e 2014¹. No mesmo período, a demanda mundial cresceu a um ritmo menor de cerca de 1,2% ao ano. Logo, na primeira metade da década de 2010, o mercado internacional de petróleo é caracterizado por um excedente de oferta cujas consequências sobre os preços serão examinadas a seguir.

As condições de oferta e de demanda do mercado internacional do petróleo obedecem à evolução das decisões das empresas em matéria de investimentos tanto no que tange ao petróleo bruto como à capacidade de refino. No que concerne especificamente ao mercado de petróleo bruto, o analista cuidadoso deve observar não apenas as taxas de crescimento do consumo mas também a taxa de crescimento do aumento das importações. Esta última variável é igualmente importante para explicar as flutuações dos preços, pois retrata, de forma mais precisa, a situação do comércio internacional. Além

disso, a forte concentração das importações constitui um traço saliente do mercado internacional. Os quatro principais países consumidores de petróleo - EUA, China, Japão e Índia - respondem por 41,5% da demanda mundial. Estes países são também os principais importadores. E tal concentração aumentou, de forma expressiva, na última década: se, em 2005, era equivalente a 45%, saltou para 55% em 2014.

Neste sentido, é igualmente fundamental analisar o comportamento dos Estados Unidos neste mercado e a expressiva mudança da estrutura da produção, consumo e importações observada neste País desde o início dos anos 2000. Cabe recordar que, entre 1995 e 2005, a redução da produção norte-americana foi de cerca de 1,5 milhão de barris/dia. Em compensação, as importações americanas cresceram 3,5 milhões de barris por dia (3,8% ao ano). Além disso, até 2008, os estoques eram considerados baixos, variando entre 1,3 e 1,8 milhão de barris/dia, sendo dois terços deste total concentrados na Arábia Saudita, dificultando os aumentos da produção no

curto prazo.

O crescimento do consumo mundial, entre 2000 e 2005, conduzido pelo aumento das demandas chinesa e americana e pela recuperação econômica mundial, ensejou o medo da falta de abastecimento e contribuiu para explicar a manutenção de patamares elevados do preço do petróleo e, em especial, o pico dos preços, em 2008, quando atingiu US\$ 145 por barril (Gráfico 1).

Entretanto, alterações estruturais estavam em curso nos EUA desde a segunda metade dos anos 2000. Os patamares de preços elevados viabilizaram a denominada Revolução Energética, permitindo um incremento expressivo da produção de petróleo e gás natural: em 2005, a produção foi igual a 6,9 milhões de barris/dia; em 2014, ela alcançou 11,6 milhões de barris/dia. Tal variação (4,7 milhões de barris/dia), no espaço de menos de uma década, é equivalente a, praticamente, duas vezes a produção brasileira de petróleo.

Quais os fatores que explicam este movimento? Assim como no caso do gás natural, as jazidas de petróleo convencionais dependem, para extração de óleo, do grau de porosidade e permeabilidade dos reservatórios. Normalmente, após anos de esgotamento, outros reservatórios, de mais difícil acesso, são procurados. As chamadas jazidas não convencionais são caracterizadas por apresentarem baixíssimos

graus de porosidade e permeabilidade. Por isso, elas necessitam da técnica de fraturamento hidráulico (*fracking*) para permitir a extração de óleo e de gás. Os principais reservatórios com essas características são denominados de *tight oil* e *shale oil*, segundo as respectivas características geológicas.

A evolução conjugada das tecnologias de perfuração e fraturamento hidráulico, bem como o vasto conhecimento

mundiais de petróleo sofre forte desaceleração, não obstante o aumento da demanda asiática por importações de óleo bruto. Em 2014, com relação ao ano anterior, as importações mundiais aumentaram 0,9%, ao passo que o consumo e a produção cresceram, respectivamente, 0,8% e 2,3%. Nestas condições, não é difícil entender que o excedente de produção contribui para explicar a forte queda dos preços iniciada no segundo semestre

patamar estimulou, portanto, as novas fronteiras de exploração de hidrocarbonetos em jazidas de acesso difícil e, portanto, de custos mais elevados. É o caso, como será visto adiante, do pré-sal brasileiro.

Cabe destacar, ainda com relação à forte queda de preços de 2014, que os Países da OPEP passam a ter cada vez mais dificuldade de atuar como cartel. A estratégia de cortes de produção visando à manutenção de patamares mais elevados de preços não encontra mais um consenso entre os Países membros. Isto decorre da acirrada disputa pela manutenção do *market share* (fatias de mercado) de cada um dos países produtores. Num contexto com um número crescente de produtores e com o retorno ao mercado de países como Iraque e Irã (que retomam suas produções após períodos de guerra e sanções econômicas respectivamente), uma eventual redução de produção saudita poderia engendrar uma perda de mercado. A Arábia Saudita, por exemplo, sofreu uma redução de exportações de petróleo bruto de 6% e 10%, respectivamente, para os mercados norte-americano e chinês. Ora, nestas circunstâncias, a Arábia Saudita tem que estabelecer novas relações comerciais para a venda de petróleo. Esta é uma ilustração exemplar do contexto do mercado internacional do petróleo em 2015.

Importa salientar, assim, que a mudança estrutural dos fluxos de comércio de petróleo é decorrente, além da redução das importações de petróleo pelos EUA, da estratégia de segurança energética pelos países asiáticos. A construção de refinarias de maior complexidade (capazes de processar diferentes tipos de óleo) e a celebração de contratos de fornecimento de óleo em longo prazo foram fatores fundamentais para aumentar as importações asiáticas de óleos mais pesados como os provenientes da América Latina e África.

Se, por um lado, a guerra de preços iniciada em 2014 pode-

“EM 2014, COM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR, AS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS AUMENTARAM 0,9%, AO PASSO QUE O CONSUMO E A PRODUÇÃO CRESCERAM, RESPECTIVAMENTE, 0,8% E 2,3%.”

geológico das bacias sedimentares norte-americanas, foram fatores que favoreceram a ampliação da produção norte-americana de petróleo bruto e de gás natural.

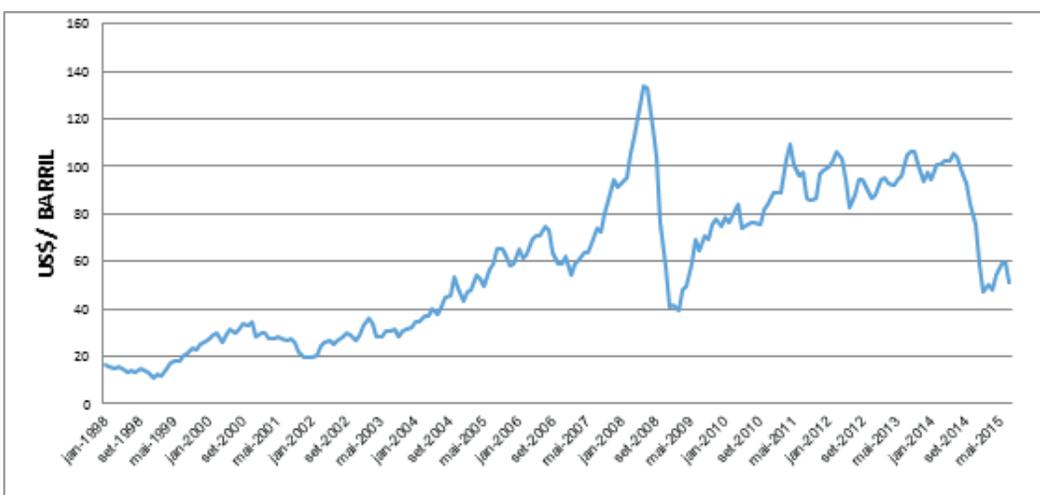
Desse modo, foi igualmente notável o comportamento das importações nos EUA, as quais foram equivalentes a 13,4 milhões de barris/dia, em 2004, e, uma década depois, reduzidas para 7,3 milhões de barris/dia em 2014.

Tal movimento observado nesse País alterou sobremaneira as estruturas de consumo e o comércio internacional de petróleo, pois o ritmo de crescimento das importações

de 2014 (Gráfico 1).

Esta queda, para níveis inferiores a US\$ 50, observada em 2015, ocorreu após quase seis anos de preços no patamar acima de US\$ 100 por barril. Os países produtores não OPEP e as principais empresas de petróleo aproveitaram igualmente o período de alta (2004-2014) para investir. Essa observação mostra que, independentemente dos problemas geopolíticos, o comportamento dos preços também reflete, como em outros mercados, os incentivos econômicos para se iniciar um novo ciclo de investimentos na capacidade de produção. Tal

Gráfico 1. Cotações do Preço Internacional do Petróleo Brent 1998-2015.



ria ser eventualmente efetiva para deslocar produtores de alto custo de produção (como o *tight oil* nos EUA e o óleo betuminoso do Canadá), o mesmo não ocorre necessariamente com os demais competidores de baixo custo, cuja perspectiva é de aumento da produção nos próximos anos, como no caso de Irã e Iraque.

Isto, contudo, não permite avançar nenhuma conclusão no que diz respeito ao comportamento futuro dos preços. Tal situação persistirá, ou mesmo se agravará, com novos aumentos e retorno de maior grau de volatilidade, pois a história do petróleo é sempre marcada por movimentos desta natureza, com forte conjugação dos fatores econômicos e geopolíticos.

Impactos do novo patamar de preços para o Brasil

A posição do Brasil no mercado internacional do petróleo mudou radicalmente ao longo dos últimos 40 anos. Inicialmente confrontado a uma situação de forte dependência das importações, em 1973, quando ocorreu o primeiro choque de preços, o País atingiu a autossuficiência em óleo bruto em 2006 e, dadas as descobertas do pré-sal, será alçado à posição de grande exportador líquido até o fim da presente década.

Tal mudança exige que a política petrolífera, à luz do cenário geopolítico internacional, seja tratada a partir de bases inteiramente novas e que favoreçam a construção de uma posição de protagonista neste cenário; e que considere estrategicamente o acesso e a comercialização das reservas de petróleo e de gás natural.

Assim, as recentes descobertas em águas ultraprofundas, na área geológica do pré-sal, foram fruto do processo de cooperação da Petrobras com as empresas recém-chegadas ao Brasil para projeto de exploração após o processo de abertura. Tais descobertas constituem igualmente um fator indutor do desenvolvimento setorial de

grande magnitude e relevância, que justificou a decisão governamental de readequar o marco regulatório nas etapas de exploração e de produção da

internacional envolve:

i) o estabelecimento de relações de comércio internacional de petróleo

“A POSIÇÃO DO BRASIL NO MERCADO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO MUDOU RADICALMENTE AO LONGO DOS ÚLTIMOS 40 ANOS. [...] AS HISTÓRICAS DIRETRIZES DE POLÍTICAS, ANTES VOLTADAS PARA A REDUÇÃO DA DEPENDÊNCIA DAS IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO, NECESSITAM AGORA SER CONCEBIDAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA POSIÇÃO RELEVANTE DE EXPORTADOR NO MERCADO INTERNACIONAL.”

indústria brasileira de petróleo e de gás natural.

Cabe notar, assim, que é indispensável a formulação e coordenação de políticas em bases inteiramente novas. As históricas diretrizes de políticas, antes voltadas para a redução da dependência das importações de petróleo, necessitam agora ser concebidas para a consolidação de uma posição relevante de exportador no mercado internacional.

Dada a importância dos recursos petrolíferos do pré-sal, os desafios vão além da política energética, requerendo maior coordenação entre as políticas macroeconômica industrial, tecnológica, ambiental, de formação de recursos humanos, de defesa e de política externa.

No que concerne, em particular, à política externa, importa ressaltar que a nova posição brasileira no cenário geopolítico internacional já desperta, hoje, forte interesse de potenciais parceiros comerciais. Desse modo, é possível identificar uma vasta gama de ações em diferentes países buscando a diversificação das fontes de suprimento de petróleo.

Logo, não é por acaso que tanto as empresas quanto os governos de países com forte dependência das importações têm buscado oportunidades de entrada no segmento de exploração e produção no Brasil. Concretamente, a nova posição do País no cenário geopolítico

bruto e de derivados com os grandes países importadores, notadamente China, EUA e a União Europeia;

ii) a ampliação da participação de empresas internacionais no *upstream*, seja através dos leilões de novos blocos ou mesmo pela aquisição de cessão de direitos em blocos de exploração de petróleo já licitados;

iii) a elaboração de parcerias voltadas para a inovação tecnológica nas atividades de exploração e de produção;

iv) a criação de oportunidades de desenvolvimento da indústria de equipamentos e serviços vinculados à cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás.

Tal como foi destacado, esta situação é inteiramente nova do ponto de vista da inserção brasileira no mercado internacional, o que impõe a necessidade de uma sintonia permanente entre as diretrizes de política energética e as demais políticas públicas, em particular a política externa brasileira. Porém, é inegável que o País já reúne as condições técnicas, econômicas e regulatórias para conseguir superar tais desafios, permitindo que a indústria de petróleo e gás natural possa efetivamente se constituir num importante vetor do desenvolvimento econômico e social do País.

Entretanto, a recente queda dos preços internacionais provoca impactos negativos para todos os países produtores e exportadores. Isto ocorre em dois diferentes planos. Primeiro, no plano empresarial, a queda do valor da produção e das exportações engendra a necessidade de revisões de planos de negócios das empresas operadoras. Isto é particularmente mais grave no caso de exploração e produção das áreas de novas fronteiras, como é o caso do pré-sal. No plano governamental, a diminuição da arrecadação de participações governamentais, decorrente da queda dos preços internacionais, compromete uma série de políticas públicas financiadas por estes recursos e o próprio equilíbrio fiscal. Ainda que a desvalorização cambial de mais de 40% favoreça a arrecadação de participações governamentais, visto que seu cálculo é baseado no preço do petróleo do tipo Brent, cotado em dólares, o impacto da brusca queda dos preços em 2015 foi bastante significativa: se compararmos os períodos janeiro-outubro de 2014 e 2015, é possível notar, a título de ilustração, que a arrecadação de royalties foi, este ano, cerca de R\$ 4 bilhões inferior (R\$ 3,96 bilhões). Fonte: ANP)

Apesar do nível atual de preços e das crises setorial, macroeconômica e política atualmente presentes no Brasil, é de se esperar que, em médio e longo prazos, o setor de petróleo venha a produzir impactos econômicos positivos para o desenvolvimento econômico e social do País. Esta posição otimista pode ser sustentada pela presença de alguns fatores-chave: a) recursos e reservas de grande potencial; b) domínio e excelência da tecnologia para operar em áreas de nova fronteira de exploração de hidrocarbonetos, como o pré-sal; c) recursos humanos capazes de liderar projetos de tal envergadura; d) mercado doméstico de grande porte; e e) quadros institucional, legal e regulatório estáveis, notadamente caracterizados

pelo respeito aos contratos firmados com empresas operadoras.

Considerações finais

O Brasil já tem se revelado um protagonista da indústria internacional do petróleo pela excelência da exploração e produção em águas ultraprofundas, o que exigiu o desenvolvimento tecnológico apropriado para superar os desafios colocados pela atividade de exploração *offshore*.

As recentes descobertas do pré-sal e o nível de produção superior a 800 mil barris/dia, alcançado em um período curto de tempo, constituem um fator indutor do desenvolvimento

setorial de grande magnitude.

O caráter inovador da descoberta numa área que é considerada de fronteira petrolífera

tróleo e o gás natural a serem produzidos. Tais desafios necessitam ser acompanhados por esforços no plano institu-

atração de investimentos para o desenvolvimento da fronteira de exploração e de produção do pré-sal.

Não obstante a incerteza referente ao comportamento futuro dos preços do petróleo, cabe notar que as exportações esperadas e a arrecadação de royalties e demais participações governamentais poderão se constituir em um fator propulsor de desenvolvimento econômico e social.

Notas:

1 TODOS OS DADOS APRESENTADOS SOBRE O MERCADO INTERNACIONAL FORAM COLETADOS DO BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY 2015.

“[...] É INEGÁVEL QUE O PAÍS JÁ REÚNE AS CONDIÇÕES TÉCNICAS, ECONÔMICAS E REGULATÓRIAS PARA CONSEGUIR SUPERAR TAIS DESAFIOS, PERMITINDO QUE A INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL POSSA EFETIVAMENTE SE CONSTITUIR NUM IMPORTANTE VETOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PAÍS.”

exigirá volumes expressivos de investimentos e um imenso esforço produtivo e tecnológico, visando a maximizar o pe-

cional e regulatório bem como pela definição de políticas corretas que permitam criar as condições necessárias à

Histórico dos Boletins



As exportações brasileiras e a nova fase do modelo chinês

The Brazilian exports and the new phase of the Chinese model

Resumo:

O artigo analisa as consequências do novo modelo chinês para a economia brasileira a partir da comparação do efeito China no Brasil com os principais produtores de commodities da América do Sul (Argentina, Colômbia, Chile e Peru). Em seguida, são realizadas algumas reflexões sobre o impacto do novo modelo, e algumas considerações sobre esse impacto no estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: China. Economia brasileira. Commodities. Rio de Janeiro.

Abstract:

This article investigates the consequences of the new Chinese model for the Brazilian economy based on the comparison between the Chinese effect on Brazil and the main producers of commodities in South America (Argentina, Colombia, Chile and Peru). Next, some thoughts are shared concerning the impact of the new model, and some considerations about that impact on Rio de Janeiro State.

Keywords: China. Brazilian economy. Commodities. Rio de Janeiro.

LIA BAKER VALLS PEREIRA. DOUTORA EM ECONOMIA DA INDÚSTRIA E DA TECNOLOGIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. ESPECIALISTA EM ANÁLISE ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (IBRE/FGV) E PROFESSORA ADJUNTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FCE/UERJ).

LIA.VALLS@FGV.BR

Introdução

As elevadas taxas de crescimento econômico na China, de 10% a 14% entre 2003 e 2011, levaram a mudanças na configuração da economia e do comércio mundial. O País ascendeu ao posto de segunda maior economia do mundo, principal exportador mundial e segundo importador mundial (OMC, 2015).

No caso do Brasil, o aumento nos preços das commodities, associado à expansão chinesa, contribuiu para o aumento da renda no País por meio do aumento nos termos de troca (a razão entre os preços de exportações e os preços de importações). Por outro lado, os setores de manufaturas brasileiros perderam mercado para os produtos chineses no País e em terceiros mercados.

O quadro acima descrito mu-

18º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, em 2013, foi anunciado um conjunto de novas diretrizes para o desenvolvimento chinês. O consumo doméstico e o setor de servi-

lação integram o novo modelo (Banco Mundial, 2014)¹. Nessa nova fase, são esperadas menores taxas de crescimento econômico.

Quais são as consequências

modities da América do Sul (Argentina, Colômbia, Chile e Peru). Em seguida, são realizadas algumas reflexões sobre o impacto do novo modelo, e algumas considerações sobre esse embate no estado do Rio de Janeiro.

A importância da China para o crescimento econômico do Brasil

O efeito China no crescimento econômico do Brasil é relativamente pequeno em relação a outros países latinos se considerarmos o indicador de participação das exportações no Produto Interno Bruto (PIB) (Tabela 1).

“O EFEITO CHINA NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL É RELATIVAMENTE PEQUENO EM RELAÇÃO A OUTROS PAÍSES LATINOS SE CONSIDERARMOS O INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).”

ços passam a ser os motores de crescimento econômico do País no lugar dos investimentos e exportações. Questões como sustentabilidade ambiental e melhora do bem-estar da popu-

desse novo modelo chinês para a economia brasileira?

O artigo analisa essa questão a partir da comparação do efeito China no Brasil com os principais produtores de com-

Tabela 1: Participação (%) das exportações no PIB dos países: 2014.

	EXPORTAÇÕES PARA A CHINA COMO PORCENTAGEM (%) DO PIB	EXPORTAÇÕES DE COMMODITIES PARA A CHINA COMO PORCENTAGEM (%) DO PIB
BRASIL	1,7	1,6
CHILE	7,3	7,2
COLÔMBIA	1,5	1,4
PERU	3,5	3,4

Fonte : Sistema WITS e Fundo Monetário Internacional

A maior participação das exportações da China no PIB é no Chile (7,3%), seguido do Peru. No Brasil, esse percentual é baixo, 1,7%, tendo sido mais baixo ainda em 2002, apenas 0,5%, o que indica um aumento da dependência brasileira em relação à China ao longo dos anos. No entanto, o Brasil, entre os países selecionados, apresenta o menor coeficiente exportações/PIB: 10% (Gráfico 2). A dinâmica de crescimento do País depende principalmente do mercado interno.

A desaceleração da China não tem um efeito elevado e direto no crescimento do Brasil nessa análise estatística. No entanto, se considerarmos o efeito riqueza via aumento nos termos de troca e acúmulo das reservas internacionais, o Brasil, assim como os outros países latinos exportadores de commodities, foi beneficiado pelo crescimento chinês até 2012, de forma que o choque externo de 2007/2008 teve menos impactos adversos na região do que no passado².

O Gráfico 3 mostra o aumento médio anual do PIB para os países latinos selecionados. Em alguns países, como Brasil, Chile e Peru, a média do crescimento, de 2009 a 2012, superou a dos anos entre 2002 e 2008. Depois de 2012, cai o crescimento em todos os países, embora Chile, Colômbia e Peru continuem a registrar valores acima de 3%. Fatores domésticos explicam as diferenças nos resultados.

Outra forma de mostrar a importância da China é analisar as participações da cesta de commodities nas exportações totais dos Países e a importância do destino chinês (Gráfico 4). Nesse caso, o Brasil tem a menor participação das commodities nas exportações totais (65%). Peru, Chile, e Colômbia registram percentuais acima de 80%.

Observa-se que a referida cesta tem um peso maior na pauta de exportações da Colômbia e do Peru do que na do Brasil, mas esses Países são menos dependentes da China do que o Brasil na venda de

commodities, em especial a Colômbia. O vínculo brasileiro é similar ao do Chile e bem mais acentuado do que o da Argentina.

A dependência das exportações de commodities brasileiras em relação ao mercado chinês restringe o crescimento econômico do País num momento de queda de preços desses produtos por vias indiretas.

Primeiro, a vulnerabilidade do Brasil em relação à China não se resume ao fato de exportarmos commodities. O problema é que as exportações brasileiras estão concentradas em três produtos (minério de ferro, soja em grão e petróleo bruto), que explicam cerca de 80% das exportações brasileiras para a China.

Segundo, findo o período de bonança das commodities, o superávit comercial foi se reduzindo até ser registrado o primeiro déficit comercial em 2014, o que levou a razão déficit em transações correntes/PIB para 4,4. O pouco avanço na implementação de reformas que contribuíssem para o aumento da produtividade da indústria acompanhado da valorização da moeda tirou a competitividade do setor, e o ajuste da balança ficou por conta da redução das importações.

Não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Segundo Ocampo (2015), o boom das commodities mascarou questões estruturais da região que tendem a ser adiadas. A região carece de melhorias na infraestrutura, educação e ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico. Nada de novo, e a agenda é a mesma da década de 1990. O que mudou foi um crescente consenso em relação ao reconhecimento de que as forças de mercados são moldadas pelas regras da governança e que apenas a liberalização, como anunciada na década de 1990, não resolve automaticamente todos os problemas.

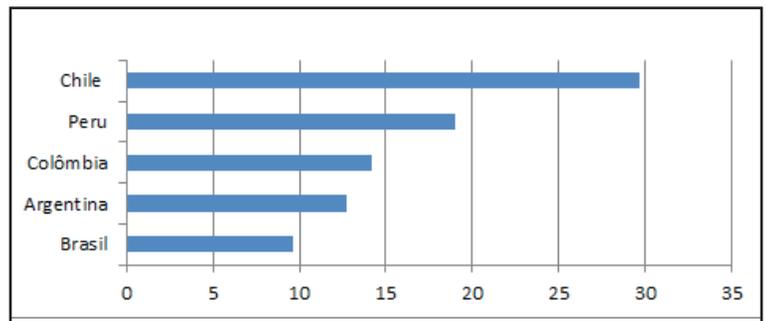
A escolha de políticas públicas e a sua gestão moldam o ambiente no qual os agentes econômicos tomam suas decisões, as quais podem contribuir ou não para a construção de

uma trajetória estável de crescimento econômico. O fim do boom de preços das commodities trouxe à tona as falhas na gestão das políticas econômicas nos países latinos, embora essa questão apresente diferenças entre eles. Chile, Peru e Colômbia estariam mais bem preparados para enfrentarem essa nova etapa, o que explicaria as taxas de crescimento mais elevadas pós-2012. Enquanto outros, como o Brasil e a Argentina, apesar do menor peso da China nos seus PIBs, responderam a essa nova etapa com políticas que agravaram o efeito negativo da queda de preços das commodities.

Como pode ser a relação comercial Brasil-China nesse novo cenário?

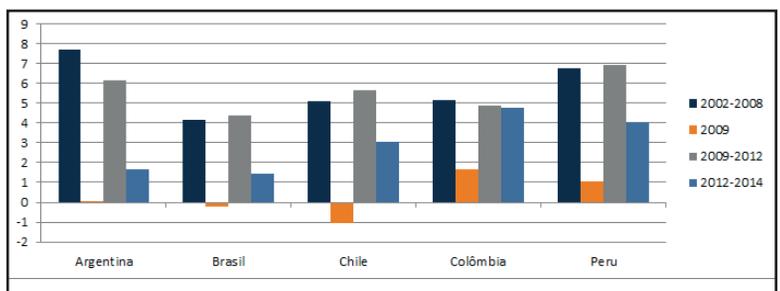
Primeiro, o Brasil continuará vendendo suas commodities para a China. O aumento do consumo por produtos domésticos no novo modelo chinês requer que a renda continue aumentando e sendo mais bem distribuída. A demanda por produtos agropecuários continua garantida, pois a terra agricultável na China não é suficiente para alimentar a sua população. O desafio para o Brasil é, portanto, diversificar a sua pauta de produtos intensivos em recursos naturais, além da soja em grão, que respondeu por

Gráfico 2: Exportações / PIB (%), 2004.



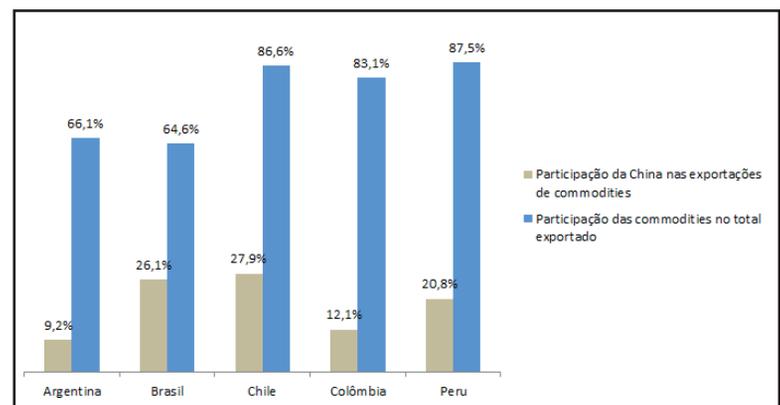
Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 3: Crescimento médio anual (%) do PIB.



Fonte: FMI

Gráfico 4



Fonte: Elaboração da autora

41% das exportações do País para a China em 2014. Com o menores custos são alguns dos fatores que movem essa

“SE AS INTENÇÕES DE INVESTIMENTOS FOREM REALIZADAS, A CHINA TERÁ UMA CONTRIBUIÇÃO IMPORTANTE PARA UM DOS PRINCIPAIS GARGALOS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL, QUE É A INFRAESTRUTURA DO PAÍS. “

crescimento da renda per capita, a cesta de produtos alimentares se diversifica, e novas oportunidades surgem. A variedade de frutas brasileiras, por exemplo, pode ser aproveitada para a venda de sucos, além do tradicional suco de laranja. A criação de produtos associados a marcas de empresas brasileiras vendidos nos supermercados chineses tem um grande potencial de crescimento para as exportações brasileiras. Estamos falando de manufaturas intensivas em recursos naturais.

Segundo, sair de uma relação de comércio Norte-Sul, venda de manufaturas e compra de commodities, como é a relação China-Brasil, requer o crescimento dos fluxos de investimentos entre os Países. No novo modelo chinês, o tema da internacionalização das suas empresas é destacado e, logo, deve ser intensificada a entrada dos investimentos diretos chineses no País.

Em relação ao ponto acima, deve ser destacada a visita do Primeiro Ministro da China, Li Kejiang, ao Brasil, em maio de 2015, na qual foram assinados 35 acordos correspondentes a uma carteira de projetos no valor de US\$ 53 bilhões. Observa-se que esse anúncio, junto com a constituição do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco Brics), constitui uma nova etapa na economia chinesa, onde o tema da integração da infraestrutura passa a ser uma das prioridades do governo. A internacionalização das empresas chinesas, a expansão das cadeias globais/regionais de valor, a garantia de acesso a matérias-primas com

estratégia. Nesse contexto, a América do Sul tem um papel de destaque por ser um polo importante de fornecimento de matérias-primas para a China.

Se as intenções de investimentos forem realizadas, a China terá uma contribuição importante no que se refere a um dos principais gargalos para o crescimento econômico do Brasil, que é a infraestrutura do País. Ademais, irá auxiliar na integração física da região sul-americana o que irá facilitar o comércio intra-regional.

O tamanho do mercado interno brasileiro protegido da concorrência de importados foi muitas vezes anunciado como um dos atrativos para a vinda do capital estrangeiro. No novo cenário mundial onde as barreiras comerciais estão caindo, porém, esse argumento perde força. Logo, para que esses investimentos possam contribuir para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros, as questões estruturais que terminam sendo adiadas têm que ser priorizadas. A agenda é extensa e inclui temas do custo Brasil e melhora nos determinantes da produtividade, onde educação e inovação tecnológica têm um peso fundamental.

Reflexões sobre o estado do Rio de Janeiro

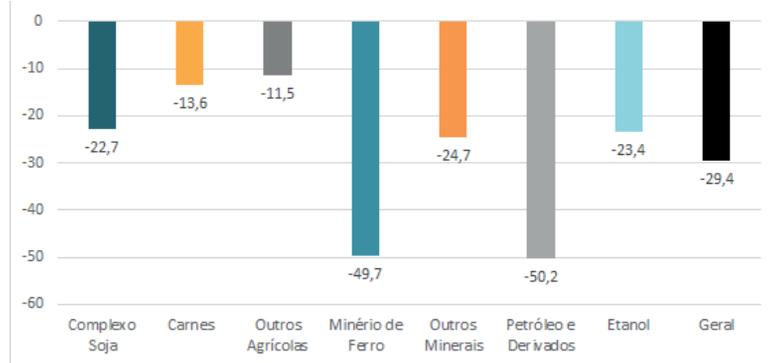
As exportações de petróleo bruto explicavam cerca de 40% das exportações totais do estado do Rio de Janeiro (RJ), em 2002, e chegaram ao percentual de 75% em 2010. O último dado referente ao acumulado de janeiro a outubro de 2015 registrou um percentual de 56%. As exportações do estado re-

presentavam cerca de 90% das exportações brasileiras totais de petróleo entre 2006 e 2013. Depois, o percentual caiu para 76% (acumulado janeiro-outubro de 2015).

A queda no percentual do petróleo na pauta do estado reflete a queda nos preços do petróleo, após atingir o seu pico em 2012. Assim, de 2012 a 2014, os preços caem 13,5%

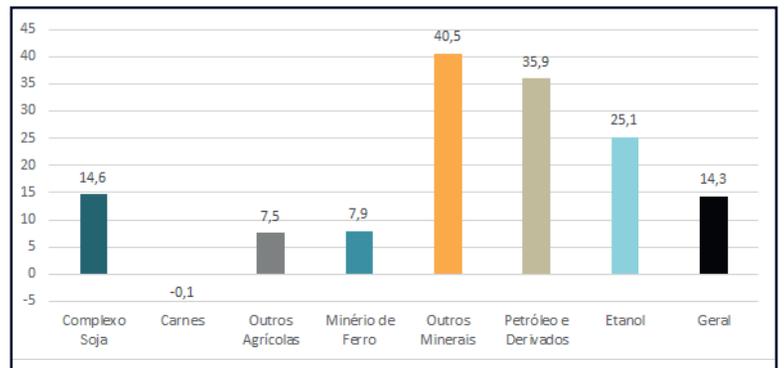
e aceleraram a sua queda. Entre as acumuladas até novembro, a queda no preço do petróleo, em 50%, foi a maior entre as principais commodities brasileiras (Gráfico 5). Esse comportamento, que ocorre desde 2013, é uma das principais razões para o recuo no valor das exportações do estado, apesar do aumento no volume exportado (Gráfico 6).

Gráfico 5: Variação (%) do Índice de preço acumulado jan-nov 2014/2015.



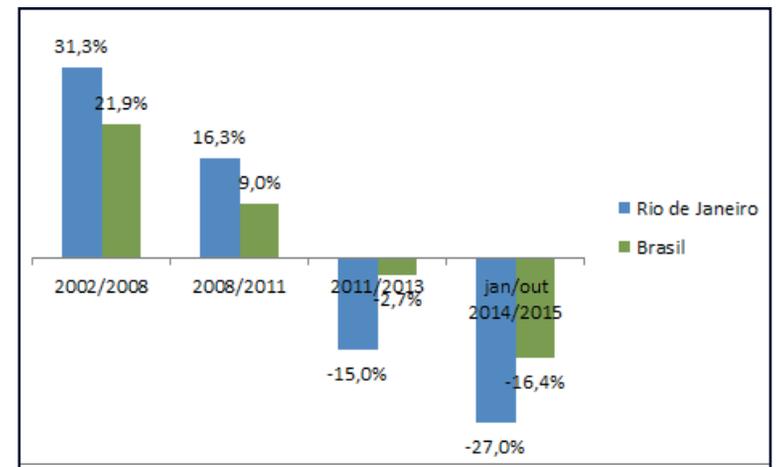
Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 6: Variação (%) do Índice de quantum acumulado jan-nov 2014/2015.



Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 7: Variação das exportações do RJ e Brasil.



Fonte: MDIC.

O desempenho das exportações do estado do RJ, que era superior ao do total do Brasil medido pelo crescimento médio anual de 2002/2008 e 2008/2011 (Gráfico 7), passou a ficar abaixo da média do País. Na comparação do acumula-

mos dois anos (cerca de 20% do total exportado), mas está associada também a questões específicas do seu mercado³. No entanto, as considerações antes feitas valem também para o estado.

das principais economias mundiais. Além disso, o País tem direcionado sua atenção para a América do Sul em busca de fontes de matérias-primas e para expandir a sua carteira de investimentos no exterior. O petróleo continuará sendo fundamental e a procura por parcerias para investimentos está na agenda chinesa.

Os chineses priorizam planejamento e metas de médio e longo prazo. O mesmo deve ser seguido pelos responsáveis pela formulação das políticas econômicas em todos os níveis da Federação para que sejam identificadas oportunidades e ganhos com o novo modelo chinês.

o BRASIL? WASHINGTON: BANCO MUNDIAL, 2014.
 OCAMPO, A. UNCERTAIN TIMES. FINANCE & DEVELOPMENT, v. 52, n. 3, 2015. DISPONÍVEL EM: <WWW.IMF.ORG>.
 OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. INTERNATIONAL TRADE ESTATÍSTICA. 2015. DISPONÍVEL EM: <WWW.WTO.ORG>.

Notas:

- 1 IMPLICAÇÕES DE UMA CHINA EM TRANSFORMAÇÃO: OPORTUNIDADES PARA O BRASIL? DO BANCO MUNDIAL (2014).
- 2 AS RESERVAS INTERNACIONAIS DO PAÍS PASSARAM DE US\$ 37 BILHÕES PARA US\$ 208 BILHÕES ENTRE 2002/2008 (BACEN, 2015). DEPOIS, MESMO COM A RETRAÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL, AS RESERVAS CRESCERAM E ATINGIRAM O VALOR DE US\$ 378 BILHÕES, EM 2012, E CAÍRAM PARA US\$ 371 BILHÕES, EM OUTUBRO DE 2015 (BACEN, 2015).
- 3 QUESTÕES DA EXPLORAÇÃO DO XISTO PELOS ESTADOS UNIDOS, MANUTENÇÃO DE PREÇOS BAIXOS PELOS PRODUTORES DE PETRÓLEO, POR NÃO INCENTIVAREM A SUBSTITUIÇÃO DE FONTES DE COMBUSTÍVEIS, ENTRE OUTRAS.

“OS CHINESES PRIORIZAM PLANEJAMENTO E METAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO. O MESMO DEVE SER SEGUIDO PELOS RESPONSÁVEIS PELA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS EM TODOS OS NÍVEIS DA FEDERAÇÃO PARA QUE SEJAM IDENTIFICADAS OPORTUNIDADES E GANHOS COM O NOVO MODELO CHINÊS.”

do no ano até outubro, entre 2014/2015, as exportações do estado caem 27% e a do País, 16,4%.

A queda no preço do petróleo não é explicada somente pela China, que é o principal mercado para o Brasil nos últi-

Considerações finais

Não é esperado um novo ciclo de boom nos preços das commodities num horizonte próximo, mas a China, mesmo desacelerando o seu crescimento, continuará sendo uma

Referências:

BANCO MUNDIAL. IMPLICAÇÕES DE UMA CHINA EM TRANSFORMAÇÃO: OPORTUNIDADES PARA

Histórico dos Boletins



Petróleo, energias renováveis e disputa federativa no Brasil

Oil, renewable energies and federal dispute in Brazil

Resumo:

Este artigo discute como a política energética brasileira ficou mais comprometida com as energias fósseis desde a descoberta da potencialidade das reservas petrolíferas da camada do pré-sal. Além de suscitar uma significativa fonte de riqueza para financiar uma nova etapa do desenvolvimentismo brasileiro, promoveu uma disputa federativa que levou à mudança normativa na forma de redistribuição das receitas petrolíferas, o que pode afetar negativamente o compromisso dos entes federativos com as energias renováveis.

Palavras-chave: Política energética brasileira. Pré-sal. Desenvolvimentismo. Disputa federativa. Energias renováveis.

Abstract:

The article discusses how Brazilian energy policy has been more committed with fossil energies since the discovery of the capacity in oil resources in the pre-salt layer. Besides being a significant source of wealth to support a new stage of Brazilian developmentism, it provided a federal dispute, which led to a normative change in the way to redistribute the oil revenues. It may negatively affect the commitment of federal entities concerning the renewable energy.

Keywords: Brazilian energy policy. Pre-salt. Developmentism. Federal dispute. Renewable energy.

ANGELA MOULIN S. PENALVA SANTOS. PROFESSORA ASSOCIADA DO DEPARTAMENTO DE EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ).
ANGELAPENALVA@TERRA.COM.BR

Introdução

Este artigo é parte do projeto que visa a analisar a política urbana no contexto federativo brasileiro. Aqui, o enfoque será o federalismo fiscal, muito afetado pelo recebimento das receitas petrolíferas, o que tornou os entes federativos competidores por tais receitas, resultando na mudança do marco regulatório e levando ao maior comprometimento das políticas públicas com uma matriz energética fóssil, relegando as energias renováveis a uma posição ainda menos relevante.

O Brasil está organizado como uma federação tripartite, constituída pela União, 27 estados (sendo um deles o Distrito Federal) e 5.570 municípios, todos considerados “Entes Federativos”, desfrutando de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira. Do ponto de vista jurídico, não há hierarquia entre os entes. No entanto, da perspectiva da autonomia financeira, há forte

desequilíbrio que pode ser ilustrado pela evidência de que a União responde por aproximadamente 60% do gasto público, enquanto que estados e municípios respondem, respectivamente, por 25% e 15% (Santos, 2008).

A Constituição de 1988 fortaleceu institucionalmente o município ao elevá-lo à condição de ente federativo. Transferiu também para essa esfera de governo a responsabilidade pela execução das políticas sociais que eles são obrigados a cofinanciar. Ao longo do tempo, a maior gama de responsabilidades administrativas e financeiras tem indicado os limites da descentralização das políticas públicas já que a maior parte dos municípios não se apresenta em condições de atender às expectativas criadas com o seu fortalecimento institucional na estrutura federativa.

Trata-se de um problema derivado do federalismo simétrico no Brasil, que trata igualmente todos os municípios, sem distingui-los por porte demográfico ou função na rede urbana. E, no entanto, 70% deles contam com população inferior aos 20 mil habitantes, sendo que, em seu conjunto, representam aproximadamente 20% do PIB.

Ou seja, a grande maioria dos municípios é constituída de população com baixo rendimento, não tendo condições de aumentar seu orçamento por meio da elevação de sua carga tributária própria. Nessas condições, seus orçamentos são muito dependentes de transferências intergovernamentais.

Esse é o contexto em que se estabelece a disputa federativa pela crescente receita que as empresas pagam ao poder público pela extração de petróleo. Ademais, são valores calculados sobre preços internacionais que se mantiveram em elevados patamares nos últimos 15 anos. Assim, aquela receita (royalties e participações especiais) deixa de ser percebida como compensação pelos impactos ambientais e sociais causados pela atividade extrativa e torna-se mais uma transferência intergovernamental a que todos os entes federativos fazem jus. Tal situação tende a torná-los mais dependentes desta fonte de receita e, assim, mais sensíveis aos interesses da economia do petróleo, o que diminui o ímpeto governamental na defesa da política de substituição de energia fóssil por renováveis.

Este artigo está estrutura-

do em seis seções, a primeira das quais é esta introdução. A segunda estabelece a importância das energias renováveis nas políticas públicas. Na terceira, analisa-se o impacto causado pela descoberta da província petrolífera na camada do pré-sal ao longo da costa brasileira. Na quarta seção, o objetivo é contextualizar o impacto do pré-sal nas disputas federativas. Em seguida, na quinta seção, associa-se o fortalecimento do governo central com o modelo neodesenvolvimentista, o qual prioriza os direitos sociais sobre os direitos difusos, tomando por referência a defesa ambiental. Finalmente, a última seção apresenta reflexões conclusivas.

Energias renováveis não são prioridade no Brasil

Qual é a prioridade das energias renováveis frente à exploração do petróleo? Em entrevista ao jornal “O Globo” (edição de 13/10/2014), Tasso Azevedo afirma que o Brasil tem “o maior potencial do mundo para a geração de energia solar, eólica e de biomassa. Elas receberão R\$ 20 bilhões em investimentos nos próximos anos. O petróleo, por sua vez,

ganhará R\$ 700 bilhões no mesmo período.” Trata-se de uma avaliação crítica de um dos coordenadores do Observatório do Clima (rede de 30 ONGs que monitoram mudanças climáticas), depois da experiência no governo federal, entre 2003 e 2009, quando esteve à frente do Programa Nacional de Florestas.

A disparidade de valores não deve ser interpretada como representando tamanha diferença de prioridade de política energética, uma vez que a exploração do petróleo em águas ultraprofundas demanda dispêndio muito maior em pesquisa e desenvolvimento do que as energias renováveis. No entanto, sugere um forte desequilíbrio no peso político das fontes energéticas.

Cabe, entretanto, contextualizar as escolhas energéticas que o País adota. Por que tamanha concentração de investimentos em petróleo, uma energia fóssil não renovável?

Após o forte impacto negativo das duas crises mundiais do petróleo na economia brasileira, na década de 1970 (1973 e 1979), o governo federal decidiu intensificar esforços na exploração do petróleo visando a diminuir a dependência das importações desta fonte energética. Ao encontrar bacias petrolíferas significativas no mar territorial, em frente ao estado do Rio de Janeiro, o País não apenas aumentou sua produção interna mas também desenvolveu importante capacidade tecnológica na exploração *offshore*, o que levou a Petrobras a tornar-se uma importante *player* internacional.

Mas o regime militar (1964/1985) não intensificou apenas a exploração de petróleo, buscou também pesquisar fontes alternativas de energia. O Decreto 76.593, de 14/11/1975, instituiu o projeto do PROALCOOL, programa que destinava-se a substituir a gasolina pelo álcool etílico. O objetivo era diminuir a dependência do País pelo petróleo importado bem como diminuir

a emissão de gases poluentes.

Além de reduzir o consumo de um derivado do petróleo, o programa de apoio à produção

“QUAL É A PRIORIDADE DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS FRENTE À EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO? [...], TASSO AZEVEDO AFIRMA QUE O BRASIL TEM ‘O MAIOR POTENCIAL DO MUNDO PARA A GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR, EÓLICA E DE BIOMASSA. ELAS RECEBERÃO R\$ 20 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NOS PRÓXIMOS ANOS. O PETRÓLEO, POR SUA VEZ, GANHARÁ R\$ 700 BILHÕES NO MESMO PERÍODO.”

de etanol (como passou a ser chamado o álcool etílico) sustentou uma secular atividade agrícola, então em crise, na Região Nordeste. Ao fim da década de 1980, o etanol tornou-se o combustível de quase toda a frota de automóveis no Brasil.

No entanto, a oferta não acompanhou a forte demanda de etanol como combustível, levando ao desabastecimento e colocando em xeque a possibilidade de substituição da gasolina, cujo rendimento era superior ao do etanol. A perda de competitividade do preço do etanol em relação à gasolina é o principal fator explicativo do não acompanhamento da oferta de álcool. Além disso, o aumento da cotação do açúcar levou os produtores a preferirem direcionar sua produção para fins agrícolas, e não energéticos. Nessas condições, não houve continuidade nas pesquisas tendo em vista o aumento da produtividade do etanol. O Brasil perderia, assim, sua vantagem inicial no uso desta energia renovável.

O pioneirismo brasileiro no uso dessa biomassa como fonte energética dependia da manutenção do elevado preço do petróleo e/ou de subsídio à produção da cana de açúcar. Mas, o governo não é capaz de controlar a cotação do petróleo, uma commodity negociada nos mercados in-

ternacionais. Quando ocorreu a queda do preço do petróleo, o governo federal passou a introduzir um percentual de etanol à gasolina (25%), preten-

desoneração fiscal da produção. Mas, contribuiu para intensificar a crise urbana, pois os congestionamentos do trânsito tornaram-se mais caros, além de mais longos e penosos, os deslocamentos pendulares da população. Da perspectiva ambiental, o resultado só não foi mais grave porque a indústria automobilística usa tecnologias mais limpas em relação a décadas passadas.

O pré-sal aumenta a prioridade do petróleo como fonte energética

Antes dessa crise, porém, o governo federal já havia recuado em sua política de energias renováveis quando foi descoberta uma significativa reserva de petróleo na camada de pré-sal, em 2007. Trata-se de uma área de 800 quilômetros de comprimento por 200 de largura, a 300 quilômetros do litoral, desde o estado do Espírito Santo até o de Santa Catarina. “Para se ir da superfície da água até o topo da camada, no fundo do mar, é preciso submergir 5 mil metros. E para se chegar à base da formação salina é necessário atravessar outros 2 mil metros. A soma de água e rochas de sal equivale a uma montanha do tamanho do Everest” (Dieguez, 2013, p. 217). Segundo a Petrobras, é a maior província petrolífera encontrada no mundo nas últimas três décadas.

De acordo com Furtado (2013, p. 87), “o volume de reservas no pré-sal é motivo de controvérsia. O governo afirma que o volume total de reservas variaria entre 70 e 100 bilhões de barris de óleo equivalente entre petróleo e gás natural. Esse volume representa entre quatro e seis vezes o volume atual de reservas provadas da Petrobras no Brasil em 2012”. A entrada em operação de tais reservas implicaria na possibilidade de elevação em até 40% da extração de petróleo no País (Piquet, 2011), tornando o Brasil um dos principais produtores de petróleo, o que o colocaria em posição de rivalizar com grandes países

exportadores atuais.

Trata-se, no entanto, de um desafio tecnológico e financeiro de grandes proporções, dado que se refere a campos em águas profundas, envolvendo novas fronteiras tecnológicas e soluções logísticas inovadoras nas atividades relacionadas à exploração e produção. De acordo com Piquet (2011), “nos investimentos em projetos de engenharia, construção, montagem de navios-sondas, plataformas, na infraestrutura logística, além da oferta de serviços especializados, é que residirão os maiores benefícios

do Desenvolvimento (BNDES) sobre as perspectivas de investimentos nos setores industriais no triênio 2011/2014 indicou que o setor de petróleo e gás responderia por 61,5% do total no País (Puga; Borça Jr., 2011).

Quem comanda todo o desenvolvimento tecnológico e financeiro dos investimentos no setor de petróleo e gás no Brasil é a Petrobras, uma empresa de economia mista controlada pelo Estado. A empresa, criada em 1953, com poderes monopolísticos para explorar petróleo, experimen-

to governo brasileiro a mudar o marco regulatório com o propósito de apropriar-se de parcela maior das receitas petrolíferas.

Qual foi a mudança introduzida na legislação do petróleo? De acordo com Serra e Vilani (2012), o novo marco regulatório está assentado sobre quatro objetivos principais, sintetizados em três leis federais, aprovadas no ano de 2010 (Leis 12.351/2010, 12.304/2010 e 12.276/2010): i) a criação do regime de partilha de produção, substituindo o regime de concessão às empresas; ii) a criação do Fundo Social, como beneficiário da receita governamental na partilha da produção; iii) a criação da Petróleo Pré-Sal S. A. (PPSA), como empresa representante do governo nos consórcios formados no âmbito do novo regime de partilha de produção; e iv) aporte financeiro à Petrobras, o que aumentou a participação acionária com direito à voto do Estado.

Cabe destacar que, neste cenário, a Petrobras assumiu um protagonismo ainda maior do que ela tinha antes da quebra do monopólio de produção. Não obstante, o novo marco regulatório criou obrigações que a deixaram mais vulnerável no competitivo mercado onde a empresa opera. Isto porque ela se tornou a operadora de todos os blocos licitados no novo regime de partilha, garantindo-lhe uma participação mínima de 30%. Serra e Vilani (2012) esclarecem que, havendo licitação de um bloco de

o ritmo da exploração iria ditar os compromissos financeiros da empresa. Esse é um dos argumentos que os críticos da mudança do marco regulatório do petróleo usam para explicar porque as licitações de novas áreas de exploração foram suspensas em 2007 e só retomadas em 2014, mesmo estando em vigor a nova lei desde o final do ano 2010.

O presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) teria admitido, durante o período da descoberta do pré-sal, ter sido um erro incluir na legislação uma previsão expressa de que a Petrobras participaria de todas as operações, mesmo nos blocos em que ela fosse apenas parceira de outra petroleira (Dieguez, 2014). Isso porque o aumento das receitas petrolíferas deveu-se principalmente ao aumento do preço do petróleo: “quando a Lei do Petróleo foi regulamentada, o preço do barril estava na casa dos 17 dólares. Hoje, a 110, a lucratividade de todos os poços se multiplicou” (Dieguez, 2014, p. 234). Por isso, o então presidente da ANP achava que, em vez de mudar o marco regulatório, seria suficiente aumentar o percentual das participações especiais.

Mas, o governo viu na descoberta do pré-sal uma oportunidade de aumentar seu controle sobre uma riqueza que poderia financiar o desenvolvimento do País. Como se tratava de uma descoberta, fruto das pesquisas da Petrobras, fazer contrato de concessão com outras petroleiras para exploração em áreas que já tinham reservas confirmadas equivaleria a “entregar um bilhete premiado aos nossos concorrentes”, conforme argumentou o então diretor de exploração e produção da Petrobras (Dieguez, 2014, p. 220).

O governo decidiu-se por mudar o marco regulatório e tornar a Petrobras a protagonista da exploração do petróleo. A empresa já tinha dado mostras de sua *expertise* em pesquisa e desenvolvimento. Resta confirmar sua capaci-

“ANTES DESSA CRISE, PORÉM, O GOVERNO FEDERAL JÁ HAVIA RECUADO EM SUA POLÍTICA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS QUANDO FOI DESCOBERTA UMA SIGNIFICATIVA RESERVA DE PETRÓLEO NA CAMADA DE PRÉ-SAL, EM 2007.”

econômicos e sociais da produção nacional de petróleo e gás, em função de seus efeitos multiplicadores na economia, em termos de geração de renda, emprego e conhecimento” (p.83).

O modelo de como a descoberta do pré-sal pode induzir um salto na economia brasileira vem da experiência norueguesa, que capacitou sua indústria na década de 1970, após as descobertas de petróleo no Mar do Norte. Por isso, o governo brasileiro introduziu a obrigatoriedade de índice mínimo de produção nacional da cadeia produtiva, a fim de evitar que a exploração mineral venha a ser tão somente um entrave na economia brasileira, como parece ser o caso de outros países produtores, como a Venezuela ou a Nigéria.

Os efeitos de encadeamento causados pela exploração de petróleo no mar explicam o elevado valor dos investimentos que vêm sendo realizados na economia brasileira, segundo Tasso Azevedo, mencionado no início deste artigo. Corroborando este impacto nos investimentos públicos, um estudo do Banco Nacional

tou grande avanço tecnológico com a descoberta de uma importante província petrolífera na costa marítima brasileira na década de 1970. Em 1997, a empresa perderia a condição de monopolista, quando entrou em vigor a Lei 9.478/97. O novo marco legal instituiu o regime de concessões de blocos a empresas que quisessem explorar petróleo no País, o que atraiu as grandes petroleiras que operam no mercado internacional. A *expertise* da Petrobras, entretanto, seria reconhecida pelas demais empresas que preferiram unir-se à empresa brasileira para fins de exploração do que compe-

tir com ela. Este novo regime legal levou à elevação da produção, o que ensejou o fim da dependência das importações do óleo. As descobertas do pré-sal, no entanto, levaram o

exploração, a empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, constituir consórcio com a PPSA e a Petrobras (esta última com participação não inferior a 30%). Nestas condições,

“[...] O GOVERNO VIU NA DESCOBERTA DO PRÉ-SAL UMA OPORTUNIDADE DE AUMENTAR SEU CONTROLE SOBRE UMA RIQUEZA QUE PODERIA FINANCIAR O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.”

dade de financiar um grande número de operações simultâneas, caso sejam realizados os investimentos previstos.

A disputa federativa pelo petróleo

“Entre 1998 e 2012, o repasse de royalties e participações especiais para dez estados e 823 municípios saiu do patamar de 1 bilhão de reais para 90 bilhões de reais” (Dieguez, 2014, p. 265). São valores vultosos, equivalentes a 400 mil dólares e 36 bilhões de dólares, respectivamente. O impacto da economia do petróleo sobre as finanças públicas tendeu a se elevar devido ao aumento da extração e do preço do petróleo. Quando o pré-sal estiver em operação, esses valores deverão se multiplicar.

A perspectiva de uma receita crescente oriunda da exploração do petróleo suscitou o questionamento também sobre a distribuição de royalties com os entes federativos. No regime legal instituído em 1997, a receita do petróleo era dividida de uma forma que beneficiava não só a União mas também os demais entes federativos, ainda que apenas estados e municípios produtores. Isso significava uma forte concentração de receita no estado do Rio de Janeiro e em alguns dos seus municípios, como indicado na Tabela 1.

A legislação de repartição das receitas petrolíferas entrou em vigor desde o ano fiscal de 1998, mas só passou a gerar um volume significativo de receita à medida em que as concessões realizadas levaram ao aumento da extração do petróleo, em contexto de elevação dos preços internacionais. Evidência disso pode ser observada nas Tabelas 2 e 3.

Ao longo desse período, a participação do estado do Rio de Janeiro nas receitas petrolíferas (royalties e participações especiais) manteve-se num patamar superior a 50% em relação a valores que cresceram significativamente como proporção do PIB. É importante

destacar que também o valor do PIB cresceu no mesmo período, o que sugere o aumento ainda mais significativo da arrecadação destas receitas petrolíferas. A Tabela, a seguir, apresenta o peso destes valores nas receitas orçamentárias dos municípios fluminenses e brasileiros.

O impacto das receitas petrolíferas nas receitas municipais cresceu muito após a Lei 9.478/97. Quando ela entrou em vigor, no ano fiscal de 1998, o percentual das receitas de royalties elevou-se de 5% para 10%. Mas, o principal impacto foi decorrente da obrigação de pagamento das chamadas “participações especiais”. Estas últimas se referem à tributação que excede a média do petróleo extraído, o que ocorreu em blocos muito produtivos, situados na costa marítima do estado do Rio de Janeiro. A lei definia que a maior parte da arrecadação dessas receitas iria beneficiar os municípios confrontantes, isto é, aqueles localizados “de frente” para os poços de petróleo, e, secundariamente, os municípios que abrigassem instalações para transporte do óleo.

Tal legislação favoreceu sobretudo poucos municípios fluminenses, induzindo a que fossem apelidados de “emirados fluminenses”. Isto porque o impacto da economia do petróleo foi sentido mais nas finanças municipais – e nas do estado do Rio de Janeiro – do que na cadeia produtiva a partir da extração desta riqueza mineral. Assim, quando foi anunciada a descoberta da camada do pré-sal, a perspectiva de aumento das receitas levou a União a mudar a legislação para que pudesse ter maior participação nas riquezas a serem extraídas. Impeliu também a uma disputa federativa, colocando em xeque a concentração em poucos municípios – e também estados – desta riqueza. O resultado foi a mudança na legislação que definia a distribuição interferativa das receitas petrolíferas.

Diferente das outras três leis

Tabela 1. Distribuição anual das rendas do petróleo (royalties e participações especiais), 2010. Evidências de concentração espacial.

BENEFICIÁRIO	US\$ Bilhão	%
BRASIL	12,7	100
UNIÃO	4,91	40
ESTADOS (25 ESTADOS + DISTRITO FEDERAL)	4,41	36
Estado do Rio de Janeiro	3,64	30
MUNICÍPIOS BRASILEIROS (5.565 MUNICÍPIOS)	2,95	24
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1,90	15

Fonte : Serra e Vilani (2012) com bases em dados da ANP.

Tabela 2. Evolução da receita petrolífera em relação ao PIB brasileiro em anos selecionados (%)

ANOS/ MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS FLUMINENSES (A)	MUNICÍPIOS BRASILEIROS (B)	(A)/(B)=%
2002	0,0039	0,012	30,9
2004	0,04	0,0724	55,2
2008	0,084	0,1398	60,1
2010	0,049	0,0926	52,9
2012	0,0849	0,1441	58,9

Fonte : Elaboração própria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 3. Evolução da arrecadação receita petrolífera como percentual das receitas municipais em anos selecionados (%).

ANOS/MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS FLUMINENSES	MUNICÍPIOS BRASILEIROS
2002	0,46	0,17
2004	4,90	1,10
2008	10,72	1,68
2010	6,12	1,13
2012	9,50	1,66

Fonte : Elaboração própria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

que compõem a mudança do regime legal sobre a extração do petróleo, todas aprovadas em 2010, a forma de distribuição entre os entes federados foi muito mais difícil, porque o Congresso Nacional havia aprovado uma nova lei que redistribuía as receitas entre todos os estados e municípios, independentemente de

12.734/2012, que define novos critérios de distribuição (de maneira mais igualitária)¹.

A CNM é uma organização municipalista que se empenha na luta por uma “distribuição mais igualitária” de uma receita que vem crescendo há 15 anos, o que indica a importância da sua arrecadação nos orçamentos municipais –

“[...] A DISPUTA FEDERATIVA EM CURSO SUGERE QUE O INTERESSE NA ECONOMIA DO PETRÓLEO ENCONTRA-SE DISSEMINADO POR TODOS OS ENTES FEDERATIVOS, NÃO MAIS SE RESTRINGINDO AOS PRODUTORES.”

serem ou não produtores. E mais, que vigoraria até sobre contratos que haviam sido anteriormente assinados no regime de concessão e celebrados quando prevalecia o antigo sistema de distribuição das receitas, beneficiando mais os estados e municípios considerados “produtores”.

O artigo da Lei 12.734/2012 que tratava da redistribuição das receitas petrolíferas foi vetado pela Presidência por ser considerado inconstitucional ao abranger contratos anteriores à vigência desta lei, porém, os parlamentares derrubaram em plenário o veto presidencial. Foi então que o estado do Rio de Janeiro, em conjunto com o estado do Espírito Santo, outro grande produtor, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 4916 no Supremo Tribunal Federal (STF).

Houve uma decisão liminar que manteve a lei antiga para vigorar sobre os contratos celebrados antes da nova lei, mas ainda é aguardada uma decisão final. A expectativa de que os demais municípios recebam as receitas petrolíferas pode ser constatada no sítio eletrônico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que calculou as “perdas” com a manutenção da decisão liminar do STF. Segundo a CNM, “até o momento, os entes federados deixaram de receber R\$ 8 bilhões desde a aprovação da Lei

e também estaduais. Assim, a disputa federativa em curso sugere que o interesse na economia do petróleo encontra-se disseminado por todos os entes federativos, não mais se restringindo aos produtores. Nestas condições, ficam todos muito mais dependentes da receita oriunda de uma riqueza fóssil e menos sensíveis à política energética com base em recursos renováveis. Ademais, a disputa por esses recursos muda o entendimento da natureza da receita de royalties, que deveria ser uma compensação pelo impacto da extração local de uma riqueza mineral, que suscita não apenas risco ambiental mas também efeitos sociais, como insegurança pública e especulação fundiária, nem todos compensados pelo aumento do nível de atividade econômica.

Neodesenvolvimentismo, direitos sociais e direitos difusos

Afinal, o que explica a mudança no marco regulatório do petróleo é a crença na capacidade do Estado Nacional em usar a riqueza originada da exploração do petróleo em prol do desenvolvimento brasileiro. Cabe, nesse sentido, analisar sinteticamente o papel do Estado no Brasil.

De acordo com Fiori (1995), o Estado foi um importante agente do processo de desenvolvimento na América Lati-

na e, em particular, no Brasil. Mas, trata-se do “Estado Desenvolvimentista” e não do “Estado de Bem-Estar Social”, que caracteriza o Pós-Segunda Guerra Mundial na Europa. No Brasil, a partir da década de 1930, com a crise da economia primário-exportadora, houve uma ruptura econômica, social e política, a qual resultou em transformações que nos levaram a uma sociedade de base urbano-industrial.

Ao longo do período entre 1930 e 1980, a economia brasileira cresceu tendo à frente um Estado que estimulava a industrialização e a formação de áreas metropolitanas sem alterar a concentrada estrutura fundiária rural. Os instrumentos utilizados foram não só os creditícios e os fiscais mas também a criação de um forte setor produtivo estatal para dar suporte à estrutura industrial no País. O objetivo do Estado era atuar como agente que sustentava o nível de atividade econômica direcionando-o para os setores industriais com cadeias produtivas densas, o que se refletia na expansão do mercado de trabalho urbano.

A melhoria nas condições de vida era entendida como uma consequência dos avanços econômicos, dependente do crescimento do PIB e muito identificada com a geração de oportunidades de trabalho. O emprego era visto, portanto, como o direito social primordial.

Durante esse período, o

dem e justiça, além de foco na população vulnerável, incapaz de encontrar soluções de mercado para sobreviver.

A experiência brasileira sugere que a modernização social e econômica foi conduzida pela mão do Estado (Fiori, 1995; Becker; Egler, 1993; Rego; Marques, 2003). Após a crise dos anos 1970/1980, o desenvolvimentismo encontraria limites fiscais para sustentar a “marcha forçada” do progresso da economia brasileira (Castro; Pires de Souza, 2004). O recrudescimento do processo inflacionário que atingiria índices de verdadeira hiperinflação, somente contida após uma sucessão de planos de estabilização², em 1994, foi a manifestação mais nítida do esgotamento daquele modelo desenvolvimentista.

Seja como Estado Desenvolvimentista, seja como Estado de Bem-Estar Social, as décadas de 1980 e 1990 levaram ao recuo do Estado como agente econômico, disseminando-se reformas administrativas em muitos países (Banco Mundial, 1997). Tais reformas podem ser sintetizadas no binômio privatizações e descentralização: privatização das empresas públicas e descentralização do modo de operar o poder público, fortalecendo as instâncias regionais e locais de governo (Santos, 2008; Restrepo, 2006). O Brasil não escapou desses processos de mudança, e foi nesse contexto que a

“AFINAL, O QUE EXPLICA A MUDANÇA NO MARCO REGULATÓRIO DO PETRÓLEO É A CRENÇA NA CAPACIDADE DO ESTADO NACIONAL EM USAR A RIQUEZA ORIGINADA DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.”

“modelo” de desenvolvimento do Brasil foi chamado de “desenvolvimentista”, ao qual se opunha outra abordagem, que defendia um Estado menos interventor na dinâmica econômica, um liberalismo que faria o poder público estar mais comprometido com os objetivos clássicos do Estado, como a provisão de or-

empresa petrolífera brasileira, Petrobras, perdeu a condição de monopolista na exploração dessa riqueza mineral. A partir daí, passou a prevalecer uma abordagem “neoliberal” do desenvolvimento no País. razão dessa riqueza mineral.

O neoliberalismo inaugura uma nova etapa da dinâmica econômica mundializada,

marcada por maior interdependência entre as economias nacionais. Em tal contexto, o papel do poder público passaria a ser avaliado sob duas perspectivas: uma que critica o recuo do Estado e outra que explica tal recuo.

A abordagem crítica explora a perda de efetividade dos direitos sociais que envolvem assistência prestacional do Estado. Vale dizer, denuncia o subfinanciamento de seus gastos no orçamento público, como são os casos do direito à saúde, à educação, à assistência social ou à moradia. Deste ponto de vista, o avanço nos direitos sociais observados ao longo do século XX estão colocados em xeque e podem levar à crescente vulnerabilidade da população sem condições de ter suas necessidades providas pelas relações econômicas de mercado.

Isso é um perigo ainda mais grave em função dos efeitos da crise de 2008, diante da qual o poder público reagiu apoiando as corporações em crise, mas sem atender adequadamente ao aumento das necessidades dos trabalhadores que perderam seus empregos, parte dos quais também perderam suas moradias. Nessas condições, o recuo do Estado representa uma perda de direitos sociais, inclusive o direito ao trabalho, um compromisso que parecia ter sido garantido pelas políticas keynesianas com as quais foi enfrentada a depressão de 1929.

Mas há ainda as análises que objetivam explicar o recuo do Estado em relação aos direitos sociais (Rezende, 2013). Nesta abordagem, o foco está centrado nas finanças públicas, muito dependentes de um ambiente de crescimento econômico, já que a arrecadação fiscal varia de acordo com o desempenho do PIB. Assim, avalia-se que, com a diminuição do ritmo da expansão econômica, é preciso ajustar o orçamento à capacidade da sociedade de suportar uma crescente carga tributária, sob pena de financiar os gastos com ope-

rações de crédito cujo custo tende a se elevar se os investidores deixam de acreditar no crescimento da economia.

Os gastos com a assistência prestacional do Estado precisariam estar de acordo com o tamanho do orçamento público. Caso estejam financiados com operações de crédito, o aumento das despesas financeiras (com o pagamento dos juros do serviço da dívida pública) resultará na diminuição das despesas não financeiras. Estabelece-se, portanto, uma disputa pelo orçamento do Estado, que coloca os gastos sociais em lado oposto aos demais gastos públicos (com a infraestrutura urbana ou logística, por exemplo), inclusive as despesas financeiras com a administração da dívida estatal (Almeida, 2013). A partir da primeira década do século

ao governo federal do Partido dos Trabalhadores, defendendo compromissos associados ao avanço dos direitos dos cidadãos e à participação social nas políticas públicas (Ricci, 2013). Após a conquista da estabilidade monetária, em 1994, e feitos os ajustes no sistema financeiro, que passaria a operar em regime pós-inflacionário, a economia brasileira passou a se expandir mais intensamente, o que viabilizaria o aumento dos gastos públicos. Ademais, pôde se beneficiar do contexto internacional de forte crescimento das commodities devido à demanda chinesa. Nestas condições, o Estado brasileiro ajustaria suas políticas em direção ao maior gasto social, mudando o curso anterior, caracterizado pela busca por ajuste fiscal (Monteiro, 2013).

“HÁ A EXPECTATIVA DE QUE A ENTRADA EM OPERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRÉ-SAL GERE UMA RIQUEZA QUE SUSTENTE ESSE MODELO DE DESENVOLVIMENTO.”

XXI, essa disputa resultaria na escolha por um novo modelo de desenvolvimento, naquilo que tem sido chamado de neodesenvolvimentismo”.

Do que trata o neodesenvolvimentismo? Trata de estimular a recentralização da organização do Estado, ainda que a estrutura federativa tenha sido mantida. O fortalecimento do governo central é considerado uma estratégia para que seja possível realizar um projeto de desenvolvimento nacional, como ocorrera no desenvolvimento dos anos 1930/1970. Um país com um território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados apresenta uma grande diversidade de características sociais, políticas, econômicas e de recursos naturais, o que justificaria políticas de abrangência nacional para que a cidadania possa ser experimentada com um mínimo de denominador comum entre os brasileiros.

Em 2003, inicia-se um período marcado pela ascensão

Foi nesse ambiente de prosperidade que o País seria colhido pela crise internacional que eclodiu com a falência do Banco Lehman Brothers, em 2008. A partir de então, o governo deu uma guinada mais forte em direção às políticas neodesenvolvimentistas, estimulando o consumo para mitigar os efeitos da crise. Iniciou-se, então, uma política de desoneração fiscal de setores selecionados, com cadeias produtivas densas, capazes de gerar oportunidades de emprego, como a indústria automobilística e a da construção civil. Esta última seria beneficiada com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, responsável pela construção de 3,6 milhões de novas moradias, metade das quais já entregues.

Segundo Ricci (2013), o que caracterizou as políticas em vigor durante o Governo Lula (2003/2010) foi a “inclusão pelo consumo”. Teria sido abandonada a política estimu-

ladora da participação social, entendida como instrumento da conquista por direitos, em favor do aumento da renda dos trabalhadores por meio da elevação do salário mínimo e das transferências condicionadas de renda. O resultado foi exitoso no que tange à sustentação da atividade econômica e à retirada da condição de pobreza um contingente calculado como não inferior a 30 milhões de pessoas. Outra manifestação de sucesso dessa política foi o elevado nível de emprego que ainda se mantém atualmente, mesmo com perda do ritmo da economia. E é esta diminuição da expansão econômica que traz a preocupação de que o “modelo neodesenvolvimentista” possa estar se esgotando, porque está mais baseado no consumo das famílias do que na elevação do índice de investimentos.

Há a expectativa de que a entrada em operação dos investimentos do pré-sal gere uma riqueza que sustente esse modelo de desenvolvimento. Só o futuro dirá se tais expectativas se concretizarão, mas desde já é possível inferir o agravamento da crise ambiental que a dependência da economia do petróleo está causando, ademais baseado no uso crescente de uma fonte de energia fóssil, cujas riquezas já criadas e por ainda serem produzidas colocam em xeque a conquista de uma dimensão dos direitos difusos, o direito ao meio ambiente.

Considerações finais

O Brasil é um país que apresenta indicadores díspares em termos econômicos ou de condições de vida de sua população: é uma das 10 maiores economias mundiais, mas ocupa a posição 79 num ranking que reúne 185 países em termos do Índice de Desenvolvimento Humano. T tamanha desigualdade torna distinta a expectativa de cidadania em relação a países mais avançados. Sendo um país de dimensões continentais, essa desigualdade

manifesta-se em indicadores socioeconômicos que colocam em polos opostos as regiões com maior e menor peso econômico e demográfico.

Esta evidência torna distintas as demandas regionais por políticas públicas no Brasil. Um Estado estruturado como uma federação apoiada na maior autonomia regional/local interessa às regiões mais ricas (Sudeste e Sul). Mas, em regiões com indicadores socioeconômicos baixos (Norte e Nordeste), interessa uma estrutura mais centralizada de governo que inclua mais transferências intergovernamentais para financiar políticas que melhorem as condições locais de vida da população (Santos, 2008). Diminuir a desigualdade nos indicadores sociais tem levado à crescente centralização em torno do governo federal, em detrimento da estrutura descentralizada de governo instaurada pela Constituição, em 1988.

Ainda que não seja possível estabelecer uma relação direta entre esses indicadores e a sensibilidade às políticas ambientais, o sentido de urgência no atendimento dos direitos sociais afeta a importância concedida ao direito difuso ao meio ambiente. Creio ser essa uma explicação para a prioridade que o governo federal vem dando à energia fóssil, caso do petróleo, em detrimento de energias reno-

váveis, mesmo diante da evidência de sua importância em um futuro não tão distante.

Ainda que explique, resta a abordagem crítica ao papel do Estado. É verdade que a matriz energética brasileira está assentada em hidrelétricas, o que lhe assegura uma boa posição no uso de energias renováveis. No entanto, a construção de empresas de hidroeletricidade tem causado problemas ambientais que afrontam a legislação e tem colocado em xeque a possibilidade de sustentação deste modelo. A alternativa que se apresenta é a exploração de outras fontes energéticas renováveis, algumas das quais o País conta, com vantagens naturais, dada a extensão do seu território (biomassa) e de seu clima (energias solar e eólica).

O Estado brasileiro encontra-se, assim, numa disjuntiva entre a evidência da necessidade de políticas que estimulem o uso de energias renováveis e as emergências das políticas sociais. Financiar estas políticas demanda fontes que não são sustentadas numa economia que diminuiu o ritmo de seu crescimento. Daí que a disputa federativa desencadeada com a perspectiva das receitas petrolíferas do pré-sal impõe limites ao comprometimento com o direito difuso ao meio ambiente, que se beneficiaria com o uso

das energias renováveis.

Referências:

- ALMEIDA, M. ESTRUTURA DO GASTO PÚBLICO NO BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DESAFIOS. IN REZENDE, F.; CUNHA, A. (ORGS.). A REFORMA ESQUECIDA. ORÇAMENTO, GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO: FGV, 2013.
- BANCO MUNDIAL. RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL, 1997. O ESTADO NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO. OXFORD: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1997.
- BECKER, B.; EGLER, C. BRASIL: UMA NOVA POTÊNCIA REGIONAL NA ECONOMIA-MUNDO. RIO DE JANEIRO: BERTRAND-BRASIL, 1992.
- CASTRO, A. B.; PIRES DE SOUZA, F. E. A ECONOMIA BRASILEIRA EM MARCHA FORÇADA. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2004.
- DIEGUEZ, C. BILHÕES E LÁGRIMAS. A ECONOMIA BRASILEIRA E SEUS ATORES. SÃO PAULO: PORTFÓLIO-PENGUIN, 2014.
- FIORI, J. L. EM BUSCA DO DISSENSO PERDIDO. RIO DE JANEIRO: INSIGHT, 1995.
- FURTADO, A. T. PRÉ-SAL, DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E INOVAÇÃO. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, v. 34, n. 125, p. 79-100, 2013.
- MONTEIRO, J. V. O AMBIENTE INSTITUCIONAL-CONSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE GASTO PÚBLICO E DAS ESCOLHAS ORÇAMENTÁRIAS EM GERAL. IN: REZENDE, F.; CUNHA, A. (ORGS.). A REFORMA ESQUECIDA. ORÇAMENTO, GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO: FGV, 2013.
- PIQUET, R. OS EFEITOS MULTIPLICADORES DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, n. 123, p. 81-97, 2012.
- PUGA, F.; BORÇA JR, G. PERSPECTIVA DE INVESTIMENTO NA INDÚSTRIA 2011-2014.

RIO DE JANEIRO: BNDES, 2011 (VISÃO DO DESENVOLVIMENTO, N. 91). DISPONÍVEL EM: <HTTP://BIT.LY/1QLJ51X>. ACESSO EM: 10 MAI. 2011.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (ORGS.) ECONOMIA BRASILEIRA. SÃO PAULO: SARAVÁ, 2003.

RESTREPO, D. (COORD.). HISTÓRIAS DE DESCENTRALIZACIÓN. TRANSFORMACIÓN DEL RÉGIMEN POLÍTICO Y CAMBIO EN EL MODELO DE DESARROLLO. AMÉRICA LATINA, EUROPA Y EUA. BOGOTÁ: UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA; FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS, 2006

REZENDE, F. O ESTADO PARTIDO: COMPORTAMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS E DA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA NA NOVA REPÚBLICA. IN: REZENDE, F.; CUNHA, A. (ORGS.). A REFORMA ESQUECIDA. ORÇAMENTO, GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO: FGV, 2013.

RICCI, R. LULISMO. DA ERA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À ASCENSÃO DA NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA. BRASÍLIA: CONTRAPONTO, 2013.

SANTOS, A. M. S. P. MUNICÍPIO, DESCENTRALIZAÇÃO E TERRITÓRIO. RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2008.

SERRA, R.; VILANI, R. ROYALTIES COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ESTADO NO RIO DE JANEIRO. IN: SANTOS, A. M. S. P.; MARAFON, G. J.; SANT'ANNA, M. J. G. (ORGS.). RIO DE JANEIRO. UM TERRITÓRIO EM MUTAÇÃO. RIO DE JANEIRO: GRAMMA, 2012.

Notas:

1 DISPONÍVEL EM: <WWW.CNM.ORG.BR>. ACESSO EM: 10 OUT. 2014.

2 PLANO CRUZADO (1986), PLANO CRUZADO II (1987), PLANO VERÃO (1989), PLANO COLLOR (1990) E PLANO REAL (1994).

Histórico dos Boletins



Editor-chefe**Rodrigo Machado Vilani**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Conselho Editorial**Angela Moulin Simões Penalva Santos**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Christian Luiz da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Denise Cunha Tavares Terra

Universidade Estadual do Norte-Fluminense – UENF

Edna Maria Ramos de Castro

Universidade Federal do Pará – UFPA

Frédéric Jean Marie Monié

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Helder Queiroz Pinto Junior

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Isa de Oliveira Rocha

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Jeroen Johannes Klink

Universidade Federal do ABC – UFABC

João Figueira de Sousa

Universidade Nova de Lisboa – UNL

João José de Assis Rangel

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

José Gutman

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

José Luis Vianna

Universidade Federal Fluminense – UFF

Lia Valls

Fundação Getúlio Vargas - FGV

Luciano Dias Losekann

Universidade Federal Fluminense – UFF

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez

Universidade Federal do Pará - UFPA

Marília Steinberger

Universidade de Brasília - UnB

Paulo Gusmão

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rodrigo Anido Lira

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Rodrigo Valente Serra

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ)

Rosana Baeninger

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Rosélia Piquet

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Silvia Gorenstein

Universidad Nacional del Sur – Argentina

Suzana Quinet de Andrade Bastos

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Vera Lucia Alves França

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Virginia Elisabeta Etges

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Yann Fournis

Université du Québec à Rimouski - UQAR

Yves Fauré

Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Revisora Gramatical**Maria Marta Garcia de Assis Rangel**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Editoração/ Diagramação

Daieni Marques de Souza Vigneron

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Bolsista de Iniciação Científica

Paulo Rossi Croce

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Escopo

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica, primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003.

O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente de forma regular e ininterrupta em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo editor-chefe, que encaminhará para avaliação por membros do Conselho Editorial e, eventualmente, por pareceristas ad hoc. As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são:

- O arquivo deve ser enviado em formato 'DOC' ou 'DOCX'.
- A primeira página deve apresentar: a) título do trabalho; b) autoria: nome completo do(s) autor(es), formação acadêmica, filiação institucional, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- A segunda página deve conter: a) título em português e inglês; b) resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, com indicação de 3 a 5 palavras-chave.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 15 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- Formatação: tamanho do papel: A4 (21 x 29,7 cm); margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm; Fonte: Times New Roman, corpo 12; Espaçamentos: 1,5 entre linhas.
- As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- O encaminhamento dos textos para o Boletim implica a autorização para publicação e aceitação de eventuais edições necessárias para adequação ao formato do Boletim e ao seu padrão editorial.

Author Guidelines

The articles submitted are accepted for consideration firstly by the Editor in chief, who refers them to be evaluated by members of the editorial board, and, eventually, by ad hoc referees.

The formatting rules to send the article are the following:

- The file must be sent in 'DOC' or 'DOCX' format.
- The first page must present: a) title of the work; b) authorship: full name of the author(s), academic degree, institutional affiliation, e-mail address, telephone number, and full postal address.
- The second page must contain: a) title in English; b) abstracts in English, comprising 100 to 150 words and also 3 to 5 keywords.
- The articles should be in the regions of 11,000 to 15,000 characters with spaces (including notes and bibliographic references).
- Formatting: paper size: A4 (21.0 cm by 29.7cm); top left margin: 3.0 cm; bottom right margin: 2.0 cm; font: Times New Roman, 12 - point font size; spacing: 1.5 cm between lines.
- Bibliographic references must be in accordance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023).

Instrucciones para los Autores

Los textos recibidos son evaluados inicialmente por el editor en jefe, que los encaminará para valoración por los miembros del Comité Editorial y, eventualmente, por árbitros ad hoc.

Las normas de presentación del texto para envío del artículo son las que se siguen:

- Los archivos se deben enviar en formato 'DOC' o 'DOCX'.
- La primera página debe presentar: a) título del trabajo; b) autoría: nombre completo del autor, formación académica, afiliación institucional, correo electrónico, teléfono y dirección para correspondencia.
- La segunda página debe incluir: a) título en Español e Inglés; b) resumen en Español y abstract en Inglés entre 100 (cien) y 150 (ciento cincuenta) palabras, incluyéndose entre 3 (tres) y 5 (cinco) palabras claves.
- Los artículos deben tener como mínimo 11 mil y como máximo 15 mil caracteres con espacios (incluyendo notas y referencias bibliográficas).
- Formateo: hoja tamaño A4 (21,0 x 29,7cm); márgenes superior e izquierdo: 3cm; inferior y derecho 2cm; Times New Roman 12; interlineado 1,5.
- Referencias bibliográficas deben ser presentadas de acuerdo a las normas establecidas por la Asociación Brasileña de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail:
boletim@ucam-campos.br